



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JAQUELINE FERNANDA PRESTES

As Políticas Sociais Para os Jovens que Vivem nas Periferias

FLORIANÓPOLIS

2023

JAQUELINE FERNANDA PRESTES

As Políticas Sociais Para os Jovens que Vivem nas Periferias

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social

Orientado(a): Prof.(a) Dr.(a) Fabiana Luiza Negri

FLORIANÓPOLIS

2023

Prestes, Jaqueline Fernanda
As Políticas Sociais Para os Jovens que Vivem nas Periferias / Jaqueline
Fernanda Prestes ; orientadora, Fabiana Luiza Negri, 2023.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências. 1. Serviço Social. 2. Jovens; Violência; Criminalização; Políticas
Sociais; Juventude, Periferia. . I. Negri, Fabiana Luiza . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

JAQUELINE FERNANDA PRESTES

AS POLÍTICAS SOCIAIS E A JUVENTUDE QUE VIVE NAS PERIFERIAS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 21 de novembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

Heloisa Teles

Data: 22/11/2023 11:02:30-0300

CPF: ***.314.250-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso



Documento assinado digitalmente

Fabiana Luiza Negri

Data: 22/11/2023 10:37:10-0300

CPF: ***.018.999-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Orientadora



Documento assinado digitalmente

MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA

Data: 22/11/2023 10:45:08-0300

CPF: ***.501.917-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Maria Regina de Ávila Moreira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

¶ Avaliadora



Documento assinado digitalmente

ALINE APARECIDA GREZELE

Data: 22/11/2023 12:48:27-0300

CPF: ***.619.959-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Assistente Social Aline Aparecida Grezele Associação
Ações Sociais Amigos Solidários (ASAS)

2ª Avaliadora

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão primeiramente para minha irmã Patrícia de Paula Rodrigues, que sempre me incentivou a voltar para os meus estudos e me ajudou de certa forma a me preparar para o vestibular.

Agradeço minha orientadora, que teve muito pulso firme e paciência durante todo período de orientação de TCC, sempre me encorajando a não desistir e me motivando a escrever sobre o que realmente me interessava.

RESUMO:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata de um tema importante para o Serviço Social, na medida em que apresenta reflexões acerca da juventude periférica, da violência e das políticas públicas. O objetivo da pesquisa foi identificar nas produções teóricas do Serviço Social, publicadas na Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), o debate sobre as políticas sociais para os jovens que vivem na periferia brasileira e quais os reflexos delas para sua formação e proteção social. Trata-se de uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, fundamentada na teoria social crítica. O principal achado caracteriza-se pela baixa produção de conhecimento neste evento acerca desta temática, e os artigos que foram publicados abordam a dificuldade de efetivação das políticas sociais de qualidade para a juventude periférica.

Palavras chaves: Jovens; Violência; Criminalização; Políticas Sociais; Juventude, Periferia.

ABSTRACT:

This Graduation Work deals with an important theme for Social Work, as it presents reflections on peripheral youth, violence and public policies. The objective of the research was to identify in the theoretical productions of Social Work, published in the International Conference of Public Policies (JOINPP), the debate on social policies for young people living in the Brazilian periphery and what are their reflections for their formation and social protection. This is a theoretical research with a qualitative approach, based on critical social theory. The main finding is characterized by the low production of knowledge in this event about this theme, and the articles that have been published address the difficulty of implementing quality social policies for peripheral youth.

Key words: Youth; Violence; Criminalization; Social Policies; Youth, Periphery.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2015 | 38 |
| Tabela 02 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2017..... | 43 |
| Tabela 03 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2019..... | 46 |
| Tabela 04 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2021..... | 49 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CEPA - Centro Educacional Patativa do Assaré

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

COVID 19 - CoronaVirus 2019

DPJ - Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

JOINPP - Jornada Internacional de Políticas Públicas

MP3 - Movimento Pela Paz na Periferia

PROEJA - Educação para Jovens e Adultos

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PPE - Primeiro Emprego para Jovens

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

URLBM - Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução..... | 11 |
| 2. A Formação Sócio-histórica do Brasil, Estado e as Políticas Sociais..... | 14 |
| 2.1. Reflexões iniciais sobre a formação sócio-histórica do Brasil..... | 14 |
| 2.2. Estado e Políticas Sociais..... | 17 |
| 2.3. As desigualdades sociais e as violências: a realidade da periferia..... | 22 |
| 3. Políticas sociais para a juventude no Brasil..... | 26 |
| 3.1. Breve resgate das políticas de trabalho e emprego para os jovens no Brasil...29 | |
| 3.2. Criminalização da pobreza e repressão..... | 33 |
| 4. A Juventude, Periferia, Violência e Políticas Públicas na Produção Teórica da JOINP..... | 38 |
| 5. Considerações Finais..... | 55 |
| Referências..... | 58 |

1. INTRODUÇÃO

O tema central deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a discussão sobre, políticas sociais e juventude, a violência e a periferia. Tem como motivação: primeiro a necessidade de contribuir com a produção teórica sobre o tema para uma profissão interventiva que atua na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo por objeto as expressões da questão social, e que tem como seu público sujeito, prioritariamente, pessoas em condições de vulnerabilidade social; segundo trata-se de um tema de significado social que precisa ser discutido com a sociedade, na medida em que vivemos em uma sociedade racista, misógina, homofóbica e extremamente conservadora.

Este TCC tem como objetivo identificar nas produções teóricas do Serviço Social o debate sobre as políticas sociais para os jovens que vivem na periferia brasileira e quais os reflexos delas para sua formação e proteção social. Visa entender como o preconceito e as necessidades existentes na vida dos jovens periféricos diante da visão construída sobre eles, de indivíduos ameaçadores e perigosos, seja por sua cultura, desprovido financeiro, idade, cor, raça, gênero ou localização de moradia.

A segregação social vivida pelos jovens de origem periférica, de raça e de gênero que se afastam dos “padrões” da burguesia branca e conservadora, reproduz a exclusão dos indivíduos da sociedade, devido a um padrão previamente construído no processo histórico de colonização (Longo, 2012).

A seletividade racista e excludente na vida de alguns em detrimento de outros funciona como mecanismo de manutenção do próprio sistema capitalista, que implica no agravamento da segregação de jovens e famílias vindos de comunidades periféricas. Realidade que impacta na ausência de acesso a boa educação e no bloqueio de oportunidades para melhorias de condições de vida, assim como, crescimento profissional dessas pessoas, de modo a afetar a autoestima dos indivíduos, segregação que resulta na sua sistemática criminalização (Oliveira, 2021).

Por isso a necessidade de desvelar o impacto da discriminação e exclusão social na formação destes indivíduos como seres sociais dignos de direitos. Ademais, busca-se entender como a seletividade e racismo vivido por jovens

periféricos implica no acesso às políticas públicas, direitos sociais, e a qualidade de vida, saúde mental e física.

Assim sendo, para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se o método crítico-dialético, com base na aproximação da historicidade e dos processos sociais e a leitura de totalidade, levando em conta as condições socioeconômicas e as contradições (Minayo, 2015, p. 24). Trata-se de uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa, considerando que, para Minayo (2009, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde às questões que envolvem o mundo dos significados dos valores e das atitudes”. Em um primeiro momento se realizou um estudo bibliográfico, com vistas ao adensamento teórico sobre a temática. Em um segundo momento realizou-se a seleção de artigos, que tratam sobre a temática desta pesquisa nos anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) nos eventos de 2015, 2017, 2019 e 2021, os quais estão disponíveis de forma online, viabilizando a execução da pesquisa. A escolha deste evento se dá devido à centralidade de sua proposta de discussão ser sobre as políticas sociais. Para a efetivação da pesquisa, a seleção dos artigos ocorreu por meio das categorias: **jovens, violência contra os jovens, políticas sociais e juventude e periferia e juventude**, através das palavras-chave e dos resumos dos textos. A análise da pesquisa tomou por referência as categorias aqui levantadas respondendo aos objetivos previamente traçados.

Inicialmente na primeira seção, apresenta-se uma breve contextualização da formação sócio-histórica do Brasil levando em conta o Estado e as políticas sociais, de modo a entender como a sociedade passou a se desenvolver a partir do período escravista até os dias atuais, e como se estabeleceram as marcas da exploração pelo escravismo tardio que reflete na vida dos pobres, pretos e pardos de periferias. Logo em seguida, buscamos entender como o Estado lida com as expressões da questão social em virtude de um processo histórico marcado pela exclusão e segregação da classe trabalhadora. Por fim, aborda-se em qual situação as comunidades periféricas se encontram diante da constante desigualdade social vivida.

Na segunda seção, aborda-se como foi o processo de construção das políticas sociais para a juventude brasileira e em consequência de que necessidades elas surgiram. Tecendo reflexões críticas sobre as políticas voltadas ao trabalho e oportunidades de qualificações profissionais, buscando entender quais

interesses estão por trás de cada possibilidade de acesso a estas políticas. Aponta-se a criminalização da pobreza e da juventude, na tentativa de entender o que ocasiona tal cenário e quais são os reais motivos para tal conjuntura.

A terceira seção busca aproximar as emergências das necessidades da juventude brasileira na atual conjuntura, apresentando reflexões acerca da produção teórica dos últimos quatro eventos da JOINPP.

Por fim, nas considerações finais apresentam-se as análises e aproximações dos dados e informações abordados no estudo da temática, para compreender a atuação do serviço social e as políticas sociais desenvolvidas junto aos jovens periféricos em relação ao acesso aos seus direitos sociais.

2. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL, ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

2.1. Reflexões iniciais sobre a formação sócio-histórica do Brasil

A sociedade brasileira foi uma das últimas a por fim no período escravista, após o tempo aproximado de 400 anos, com um processo histórico marcado pela acentuada chegada de negros no país, sob condições precárias e desumanas nos navios negreiros (Silva; Lima, 2020). Nesse sentido, segundo Alves (2022) a formação sócio-histórica do Brasil traz em sua base um sistema econômico marcado pela divisão racial do trabalho. Uma vez que o período escravista deixa nítida sua seletividade diante dos povos a serem traficados e comercializados pela raça a qual pertencia de modo a permitir o rebaixamento dos povos trazidos do Continente Africano para a exploração de sua força de trabalho e sua comercialização enquanto mercadoria viva.

Nesta linha, Alves (2022) aponta que o período escravista existente aqui no Brasil era diferente do restante do mundo, visto que possuía relação com o modo de produção e acumulação primitiva pelo o chamado escravismo colonial, onde era possível lucrar de dois modos, pela exploração da mão de obra escrava ou pelo comércio do tráfico negreiro.

No modo de produção escravista a(o) escravizada(o) tinha a particularidade de ser “[...] a mercadoria que produzia mercadoria, a coisa que se movia, o homem alienado de qualquer direito humano” (Moura, 2014, p. 44). O trabalhador-mercadoria foi inserido numa relação de produção extremamente alienante e com instrumentos violentos para impulsionar a sua produtividade, como também dominar e condicionar a sua vida cotidiana ao cativo e ao trabalho forçado. (Alves, 2022, p. 214).

Diante disso, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre impulsionou o desenvolvimento de uma sociedade estruturalmente classista, racista e excludente da população negra. Visto que, os ex-escravos foram largados sem qualquer tipo de política ou auxílio em favor da sua nova vida. Este processo é entendido, segundo Alves (2022), como uma transição do modo de produção escravista para o industrial, onde só se beneficia de fato a elite dos brancos. Enquanto isso, os recém-libertos encontram-se marginalizados e mais uma vez menosprezados tendo que assumir, para sua sobrevivência, postos de trabalho informais e precários.

O processo de abolição desencadeou uma série de problemas, sendo um deles a divisão racial do trabalho, que ganha fôlego, especialmente, no processo de compra e venda da força de trabalho, resultando na ausência de condições materiais para a população negra satisfazer as suas necessidades humanas básicas de reprodução da vida. (Alves, 2022, p. 215).

Contudo, o período colonial e escravista foi fundamental para a formação do sistema econômico capitalista do país (Silva; Lima, 2020). É neste processo de formação do capital que a América Latina passa a construir uma relação de subordinação com os centros capitalistas europeus e por este motivo emerge uma forte contradição, uma vez que acabou por favorecer a acumulação da economia industrial voltando-se no sentido da transformação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa (Silva; Lima, 2020 p. 90). Resultado desse processo histórico e econômico os povos escravizados mais uma vez foram os que mais sofreram com esta transição, uma vez que os seus proprietários passaram exigir mais produtividade dos seus escravos para que o seu tempo de vida reduzisse e assim fosse possível aderir mão de obra dos imigrantes brancos que chegavam ao país.

Isto posto, Silva e Lima (2020) afirmam que o racismo teve o seu papel para a exploração do trabalho, dado que foi na transição do trabalho escravo para o livre que ocorreu aumento da jornada de trabalho, condições negligentes de trabalho, apropriação do excedente do trabalho e alta exploração da força de trabalho em troca de salários miseráveis como meio de sobrevivência.

No Brasil, a passagem da escravidão para o trabalho livre foi em prol dos interesses dos grandes latifundiários e donos de escravos, integrantes da burguesia. Desse modo o racismo estrutural, foi utilizado como instrumento de autoafirmação da classe burguesa enquanto classe dominante. Nessa perspectiva a força de trabalho recém-liberta, serviu como margem para o processo de estruturação do mercado de trabalho livre, visto que formou rapidamente um contingente expressivo de força de trabalho reserva, de modo a contribuir com o crescimento e a consolidação da industrialização e formação do capitalismo como modo de produção.

[...] a estratégia de branqueamento populacional e até mesmo a proibição de acesso a diversas ocupações pelos negros corroboraram para que o mesmo ficasse à margem do mercado de trabalho que se formava no Brasil. Nesse contexto, a noção de raça apreendida pela ciência positivista passa a atuar na construção e reforço da ideia da inferioridade do negro e de sua incompatibilidade para o exercício do trabalho assalariado. Isso impulsionou o incentivo à imigração de trabalhadores da Europa para o

Brasil, para substituir força de trabalho escrava, condicionando a população negra à desocupação. (Silva; Lima, 2020, p. 94).

Dessa forma o racismo estrutural vai ganhando força, à medida que os povos negros são apartados de condições dignas, salubres e formais de ambientes de trabalho durante o período da industrialização. Ou seja, os povos negros foram submetidos à segregação social de maneira geral, tendo suas vidas inferiorizadas como parte da estratégia do sistema capitalista que deseja impossibilitar que os pauperizados e negros tenham uma consciência social e racial da sua situação degradante no mercado de trabalho assalariado brasileiro (Alves, 2022, p. 219).

Assim sendo, o processo histórico da sociedade capitalista evidencia a simultaneidade entre a pobreza e a riqueza, normatizando e omitindo a óbvia desigualdade existente no meio social, promovendo a divisão de classes (Barroco, 2009). Onde a burguesia afirma-se como classe dominante pelo modo de produção capitalista, legitimado por ideias e valores baseados na competitividade, no qual o poder aquisitivo de cada indivíduo é o que importa, igualmente amparado por uma ética objetificada, banal e fragmentada, apropriada pela infinita necessidade de posse e consumo, devido à coisificação das relações humanas, assim como suas escolhas e laços sociais.

Dessa forma, Barroco (2009, p.161) aponta que,

O modo de ser capitalista se reproduz e se legitima eticamente através do sistema de normas, deveres e representações pertinentes às necessidades objetivas de (re)produção da sociabilidade mercantil; nesse sentido, precisa da ideologia dominante, enquanto conjunto de ideias e valores que buscam a coesão social favorecedora da legitimação da ordem social burguesa.

Nesse sentido, os pobres, negros e periféricos nascem sob estigmas e estereótipos, mecanismos de sustentação de poder da classe dominante, de modo a alienar a classe subalterna diminuindo o seu valor ao ponto de que eles próprios vejam-se como tal e permitam assim ser facilmente manipuláveis (Silva; Ávila, 2015). E nessa construção social, o pobre recebe o rótulo de ser criminoso, ainda que não tenha nenhum envolvimento com a criminalidade ele é visto e tratado como indivíduo perigoso, e sempre será um suspeito potencial; é tratado como um ser inferior no sistema, como um suspeito de práticas futuras criminosas e por isso precisa ser punido por antecipação, sendo visto como a “sujeira” da sociedade e culpabilizando-os pela ausência de sua prosperidade (Silva; Ávila, 2015, p. 223).

Seu estigma fica claro quando se observa que sua cultura foi e é constantemente “criminalizada”, em uma emissão de leis sem bem jurídicos

a se tutelar, porém com evidente caráter rotulador e embasados na justificativa de uma segurança pública claudicante e que projeta os preconceitos aos registros (sub) culturais diferentes. (Silva; Ávila, 2015, p. 224).

O estigma vivido pelos jovens periféricos cria para eles uma visão de indivíduo ameaçador e perigoso, seja por sua cultura, desprovemento financeiro, idade, cor, raça, gênero e localização de moradia. Para, além disso, a condição de ser pobre permite a exclusão dos indivíduos na sociedade, devido a um padrão previamente construído no processo histórico de colonização, onde a sociedade brasileira edificou-se nas diretrizes do patriarcado e do racismo estrutural, embasado na escravização de negros e pardos.

Firmou-se na sociedade brasileira o pensamento patrimonialista, impondo a hegemonia dos brancos e cristãos que vislumbravam uma falsa democracia racial como fala Longo (2012). Segundo a autora, a falsa cordialidade da democracia racial emanada ao longo da história, faz com que haja uma naturalização das desigualdades entre brancos e não-brancos, de modo a refletir na desqualificação dos jovens e adultos saídos das comunidades periféricas, impondo para o conjunto da sociedade a normalização da perseguição dessas pessoas e seu alijamento do convívio social.

2.2. Estado e Políticas Sociais

Na segunda metade do século XIX emerge a Questão Social e suas diversificadas expressões, como fruto do processo histórico da apropriação do excedente produzido pela classe trabalhadora, uma vez que a generalização do trabalho livre, além de ser marcada pelo escravismo é igualmente constituída pelos impactos da industrialização, refletindo em uma separação da sociedade, onde uma parte significativa é constituída pela classe trabalhadora que em sua maioria viviam em cortiços precários, sem água, higiene e a mercê de diversas doenças (Netto, 2001). Esta é a condição e imagem do pauperismo sofrido pelo proletariado que os torna reféns do capitalismo enquanto a burguesia se consolidava como classe dominante. Destaca-se que o processo de industrialização também fez emergir a possibilidade do possível branqueamento da população brasileira a partir do uso da mão de obra supostamente “mais” qualificada dos imigrantes europeus brancos,

uma vez que o discurso moralista presente na sociedade enfatizava o defeito de cor presente nos ex-escravizados (Gonçalves, 2018).

Diante disso a questão social no Brasil, vem como fruto do processo de transição para o trabalho livre na aplicação da industrialização repercutindo em uma parte da população extremamente explorada, desamparada, menosprezada e super pauperizada. Nessa perspectiva, a hegemonia do capitalismo acaba estimulando a classe trabalhadora a lutar para ser reconhecida no cenário político em prol de garantir melhorias de qualidade de vida e profissional dentro das grandes fábricas, uma vez que o Estado era incapaz de reconhecer as diferentes manifestações da questão social.

Cenário que perdura nos dias atuais, onde os brancos e empresários permanecem privilegiados, tendo acesso a melhores estudos, empregos e ambientes, enquanto a classe trabalhadora em sua maioria negros e pardos permanecem com o mínimo, mas tendo uma importante função de compor a manutenção e reprodução do capitalismo (Barroco, 2009), caracterizando a reprodução de estereótipos que emergem em todos os lugares de modo a ferir o próprio discurso de direitos iguais para todos.

A vista disso, o capitalismo sempre fez uso de estratégias políticas e ideológicas que o firmasse enquanto meio de produção legítimo na sociedade. Nessa direção, a criação de políticas sociais pelo Estado, diante da efervescência da classe trabalhadora ao assumir um papel político enquanto sujeitos dignos de direitos no período revolucionário iniciado no século XVIII, se configuram como uma destas estratégias. Foi no século XIX que o Estado passou a intervir diretamente no que se refere à proteção social, em razão da auto afirmação burguesa como classe dominante que faz repercutir e aprofundar o pauperismo, emergindo a Questão Social na sociedade capitalista (Mandarino, 2020).

Tal período testemunhou mudanças na estrutura econômica e sistema político dos capitalismos centrais, exigindo intervenções estatais e inaugurando uma nova época de proteção social. É um período de afirmação da burguesia como classe dominante e do proletariado como classe, fazendo surgir a questão social (divórcio entre a ordem jurídico-política fundada no reconhecimento de direitos do cidadão e a ordem econômica que acarreta miséria) e a necessidade de mediação do Estado. (Mandarino, 2020, p. 3-4).

A nova fase do capitalismo, segundo Mandarino (2020), tornaria a mesquinhez da burguesia algo natural validado pelo Estado na qualidade de

defensor da propriedade privada, permitindo a responsabilização das classes subalternas por suas conjunturas sociais. Desse modo, a contradição existente entre o capitalismo e a necessidade de políticas sociais em virtude da questão social é inerente a sua autoafirmação enquanto meio de produção econômica da sociedade e para além disso, é o que dificulta que o Estado do Bem-Estar Social contemple de fato a classe do proletariado e suas comunidades reféns do pauperismo.

O Estado no capitalismo monopolista assume o papel de mediador dos interesses e disputas das classes antagônicas, voltando-se prioritariamente aos interesses da classe dominante, visto que se trata de um Estado burguês. De acordo com Yazbek (2008, p. 82):

[...] o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações.

Para a autora o Estado, no modo de produção capitalista, torna-se o regulador das relações sociais e é concebido como uma relação de forças, ou seja, espaço de disputas entre as classes sociais, mas que viabiliza a acumulação do capital.

Dessa forma o Estado assume uma função de regulação da produção, atendendo aos interesses do capital, promovendo o controle da classe trabalhadora, garantindo sua reprodução e estabelecendo relações sociais que fortaleçam o mercado enquanto regulador econômico e social. Contudo de outro lado, atende as demandas e necessidades humanas da classe trabalhadora, que pressiona pelo atendimento de suas reivindicações, a fim de conter sua insurgência e garantir sua legitimidade (Negri, 2011).

Sendo assim, segundo Netto (2005, p.30) “através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista, procura administrar as expressões da questão social de forma a atender às necessidades da ordem monopólica, pela adesão que recebe de categorias e setores [...]”, Para o autor, o Estado burguês, pressionado e cooptado pela classe dominante administra as diferentes expressões da questão social no intuito de regular as relações de mercado, de produção e sociais para garantir a reprodução da classe trabalhadora e para o atendimento de suas

demandas, a qual também reivindica e pressiona o Estado. Torna-se evidente que o Estado não é neutro diante da relação capital/trabalho; está sempre posicionando-se de acordo com seus interesses e conforme as pressões que sofre (Negri, 2011).

De acordo com Netto, (2005, p. 33) “Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores [...]” Sendo assim, as políticas sociais, são a garantia de manutenção e reprodução da classe trabalhadora, pois são criadas para o enfrentamento das desigualdades sociais, a exemplo dos programas e serviços na: saúde, educação, assistência social, habitação, proteção à criança e ao adolescente, aos idosos, e outros (Negri, 2011).

Mandarino (2020), fala que as políticas sociais no Brasil só conseguem alcançar níveis permitidos pelo próprio sistema capitalista à medida que permite a reprodução da classe trabalhadora em nível de reserva das massas para exploração do trabalho. Nesta linha, a luta de classes fica à mercê do mercado externo através dos resquícios do período colonial e a crise do escravismo que induziu a adesão do capitalismo influenciado pela Europa deixando milhares de ex-escravos sem qualquer meio de sobrevivência ou apoio para uma nova vida.

Marcas que ainda vão se evidenciando durante o processo histórico repercutindo em um povo segregado, discriminado e criminalizado pelo restante da sociedade, que passam a construir suas vidas em cortiços e comunidades periféricas com o mínimo possível, mas sendo julgados por suas condições e justificando essa realidade por meio do chamado “mito da democracia racial”.

No Brasil a questão étnico-racial é deliberadamente construída como algo inexpressivo e secundário, com a intenção de conter qualquer tipo de insurreição e manter o controle sobre a população negra, para isso se instituiu políticas e se construiu uma ideologia de que todos são iguais, com oportunidades iguais, por isso o “mito da democracia racial”. Tornou-se um modo de combate ao movimento de organização da população negra, o que se tem de fato, é que a “democracia racial” trata-se de um dogma da supremacia branca, que reforça o modelo produtivo capitalista, pois, “não há harmonia entre classes, nem ‘democracia racial’, numa sociedade onde a maioria negra tem seu direito ao trabalho, ao salário condigno e a segurança social negados [...]” (Kossling, 2007, p. 86).

O processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 se configurou um marco na luta por direitos, no enfrentamento à autocracia burguesa e à ditadura

cívico-militar. A sociedade civil brasileira se organizou para consolidar direitos que não haviam se instituído no país. Assim sendo, a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 se estabeleceram diversos direitos fundamentais, foi ela que permitiu a restituição da democracia, promoveu a cidadania e garantiu direitos sociais e individuais. Contudo isso não significa que de fato se estendeu para toda a população brasileira, ainda que a Constituição tenha se consolidado com grandes avanços sociais, não conseguiu suprir a necessidade de todos, especialmente da população negra e periférica.

Regulamentando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que instituiu uma nova doutrina de proteção à infância, colocando-os como prioridade das políticas públicas, fruto de grande mobilização e debate social, em 13 de julho de 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para Silva, *et al.* (2020) a criação da Lei nº 8.069, que instituiu o ECA, definiu a função de estabelecer um padrão de tratamento protetivo a crianças e adolescentes, oriundos das chamadas políticas sociais emergidas como solução por parte do Estado para mediar os conflitos entre a mais valia e a massa de trabalhadores que passa a lutar por melhores estruturas de vida e trabalho.

Desse modo, o ECA surge como meio de assegurar que crianças e adolescentes também sejam dignos de direitos. Silva, *et al.* (2020), fala que a lei se trata de um instrumento de garantia da preservação de direitos essenciais para a infância e juventude brasileira, por meio da imposição de dever por parte do Estado e da sociedade em manter políticas que visem o acesso à saúde, lazer, educação, respeito e sua inserção como sujeito social.

Para garantir esses direitos, é necessário criar políticas sociais específicas para essa parcela da população. Neste trabalho, elegem-se como as três principais áreas da política de atendimento à infância e juventude, as políticas sociais de saúde, educação e assistência social, que, de forma articulada, compõem o Sistema de Garantia de Direitos destinado ao público infanto-juvenil. (Silva, *et al.*, 2020, p. 1).

As políticas sociais têm o papel articulador para a garantia de direitos, mediando e controlando as redes de serviços e programas para efetiva proteção de crianças e adolescentes enquanto sujeitos dignos de direitos (Silva, *et al.*, 2020). Contudo, o autor aponta que as políticas sociais ainda não têm o alcance necessário para a aplicação efetiva em prol da garantia dos direitos de infanto-juvenis, em suas palavras:

[...] Isto é, as políticas para infância e juventude, atualmente, ainda trazem consigo traços assistencialistas perpassados pela perspectiva de controle e ordem social, marcada pela institucionalização e segregação da população atendida, gerando processos de criminalização e exclusão que vão na contramão da perspectiva da garantia de direitos e proteção social às crianças e jovens [...]. (Silva, *et al.*, 2020, p. 2).

Consequência de uma conjuntura construída pelo capitalismo que aliena os sujeitos e reproduz as expressões da questão social na contradição entre mais valia e trabalho, com o apoio de um Estado burguês, o que resulta em políticas sociais focalizadas, com pouco alcance que não enfrentam os reais problemas sociais, visto que contempla somente o mínimo do que chamamos de acesso aos direitos e garantias.

As políticas sociais devem oferecer acesso à proteção social integral e universal, mas o que se constata é que na saúde permanecem num campo muito restrito de acesso, na educação tem-se cada vez mais sua precarização e em ambas se agudiza a mercantilização, assim como nos meios de lazer não temos no Brasil uma política estruturada, nessa perspectiva se configura uma vida com baixa qualidade, e o direito a ser criança muito fragilizado, pois a assistência e recursos financeiros ainda são extremamente reduzidos (Silva, *et al.*, 2020) o que por certo fragiliza a rede de proteção necessária.

2.3. As desigualdades sociais e as violências: a realidade da periferia

A periferia brasileira é formada pela classe trabalhadora, majoritariamente negra e parda; nela registra-se a ausência de políticas públicas que garantam uma vida digna, visto que se trata de um território em que não se pode contar, por exemplo: com rede de esgoto, água potável, acesso a luz regularizada, infraestrutura de saúde, educação e assistência social, etc.

Estão explicitados na sociedade brasileira os vestígios do racismo estrutural, onde o modo de produção impõe barreiras que dificultam o acesso da população negra/parda pauperizada aos seus direitos enquanto indivíduos sociais. Uma vez que a população negra é a principal atingida pela precariedade das condições de vida e de trabalho quando comparada à população branca (Silva;Lima, 2020, p. 86), demarcado pelo desemprego, falta de escolaridade e renda per capita baixíssima.

Neste contexto insere-se a juventude negra, cercada de tantas negações está alocada dentro de uma perspectiva de risco social “como alguém que está

propício a tornar-se um desvio social” ou um problema social a ser resolvido (Oliveira, 2021, p.9). Trata-se de uma população excluída e restrita a sub-representação nos espaços sociais brasileiros, não tendo direito à aceitação social.

Na sociedade brasileira se configura a criminalização e a violação dos direitos fundamentais de jovens do proletariado em sua maior parte meninos negros, pobres e periféricos, por consequência da desigualdade social advinda das expressões da questão social pelo modo de produção capitalista que se firma diante deste cenário (Silva, *et al.*, 2020). A fragilidade das políticas e a insistente falta de investimentos surgem como meio de alienação e pretexto para a culpabilização destes jovens a sua condição de vida.

Os jovens das periferias ficam reféns do sistema social, que determina como eles serão vistos e de que maneira se desenvolvem perante a sociedade. Importa compreender que a percepção sobre eles parte da criminalização e rotulação de pessoas perigosas e sem perspectiva de futuro, uma vez que a própria falta de acesso à política social influencia em tal apreensão. Isto é, a reprodução de estereótipos sobre a vida dos jovens de periferias se pauta na justificativa da ausência de políticas sociais eficazes, repercutindo em uma juventude rebaixada economicamente, estigmatizada e com dificuldades de aprendizagem (Sartório; Rosa, 2010). Criando assim as condições para uma sociedade e uma justiça que reproduz rótulos, culpabilizando-os e se configurando como repressora.

[...] a punição e repressão por intermédio de um Estado penal em vez de um Estado social, reforçando a ideia de que o sistema penal é de fato a solução para os problemas sociais e negligenciando-se, assim, os princípios educativos e socializadores esperados das medidas socioeducativas. (Sartório; Rosa, 2010, p. 558).

A vulnerabilidade social imposta à juventude do proletariado retrata uma grande parcela da sociedade excluída e distanciada de espaços que oferecem educação de qualidade, acesso à saúde, direitos e políticas sociais efetivas, lazer e inclusão social (Sartório; Rosa, 2010).

Destaca-se que no Brasil, nos últimos anos com as políticas governamentais de encarceramento em massa instituídas, os jovens negros, pobres e periféricos tem sido amplamente atingidos, especialmente através da política governamental “contra as drogas”. Desse modo, os jovens em situação de encarceramento enfrentam discursos omissivos com relação a conjuntura real das motivações para o ato infracional, acerca do pauperismo vivenciado por suas famílias e a falta de

acesso a políticas sociais ativas que contribua para a melhoria no enfrentamento das expressões da questão social a qual se encontram (Sartório; Rosa, 2010). Em sua maioria, os jovens e adolescentes sofrem com falta de proteção social e se deparam com medidas muitas vezes punitivas ao invés de educativas para sua reinserção social.

[...] essa medida socioeducativa tem sido acionada em substituição às medidas de proteção social, como forma de se inserir socialmente os adolescentes nas escolas, em cursos profissionalizantes, em programas de assistência social, cumprindo, assim, o papel das políticas públicas. Isso evidencia a ausência de políticas públicas e a dificuldade de acesso dos adolescentes aos seus direitos sociais [...]. (Sartório; Rosa, 2010, p. 572).

Ou seja, além dos jovens e adolescentes se virem em situação de extrema vulnerabilidade social, precisam aprender a lidar com os operadores jurídico-sociais que propagam discursos responsabilizando-os mediante ao acompanhamento das suas medidas socioeducativas.

Diante disso, o impacto da discriminação é desastroso, gera a exclusão de jovens, negros/pardos e periféricos, prejudicando o seu desenvolvimento e propiciando, inclusive, situações de criminalização e adoecimento, resultado da humilhação, da falta de acesso, do constrangimento e estigmatização imposta pela sociedade capitalista, gerando um verdadeiro apartamento entre as classes sociais (Oliveira, 2021).

O que se tem na realidade, é a regulação seletiva e racista da vida de alguns em detrimento de outros, é um efeito dos mecanismos de segurança e das práticas da pequena política, garantindo o poder da burguesia que regula a sociabilidade utilizando o método de separação de segmentos, por traços e comportamentos, por olhares e exames, por local de moradia e escolaridade, por profissão e cor da pele, por sua cultura e por um tipo de família. O olhar que seleciona não é neutro; ao contrário, é racista, moralista, segregador, discriminador, torna subalterno, desvaloriza e controla (Lemos *et al.*, 2016).

A ausência de políticas sociais que garantam a proteção integral, impactam no acesso à boa educação e no bloqueio de acesso a oportunidades e interdita o crescimento profissional dos jovens e adultos saídos das comunidades periféricas os culpabilizando por sua condição socialmente imposta.

Diante disso, parte-se do pressuposto de que as políticas sociais no Brasil são as ferramentas legais responsáveis por garantir e promover o desenvolvimento da população infanto-juvenil. No entanto entende-se que, apesar de essa parcela da população acessar equipamentos pertencentes a tais políticas em suas trajetórias de vida, essas não têm efetivado a

garantia dos direitos desses sujeitos nem oportunizado condições favoráveis para seu desenvolvimento. (Silva, *et al.*, 2020, p. 3).

Nessa linha, Santos (2014 p. 32) indica que nem todo mundo é considerado como sujeito digno de direitos humanos, uma vez que historicamente apenas uma parcela da população foi contemplada de fato pelo que chamamos de direitos humanos. A sociedade foi construída para conviver com o enraizamento da reprodução do egocentrismo por meio do preconceito, exclusão social, violência, xenofobia, omissão assistencial, desigualdade econômica e social, entre outros.

Os direitos coletivos existem para minorar ou eliminar a insegurança e a injustiça de coletivos de indivíduos que são discriminados e vítimas sistemáticas de opressão por serem o que são e não por fazerem o que fazem. Muito lentamente, os direitos coletivos têm sido incluídos na agenda política, quer nacional, quer internacional. De qualquer maneira, a contradição ou tensão vis-à-vis às concepções mais individualistas de direitos humanos estão sempre presentes. (Santos, 2014, p. 42).

A partir disso, Alves (2022, p. 216) reflete que para a reprodução da vida social, é necessário garantir o acesso ao trabalho e às políticas assistenciais, que constituem o direito de reprodução da vida, e a sua ausência significa a negação da cidadania para a população pauperizada.

Contudo, o processo de acumulação capitalista e sua contradição enquanto sistema econômico sempre teve em sua estruturação a criminalização do proletariado e conseqüentemente o seu encarceramento como meio de controle social. Segundo Buozi (2018) é normalizada a brutalidade que o capitalismo usa para o controle da força de trabalho visando a proteção de seus próprios interesses.

Em direção a isto, os direitos do proletariado, em sua maioria negros/pardos e favelados, ficam em constante abandono, resultam da barbárie social. Uma vez que sua criminalização seletiva é usada como escudo para a classe dominante, o controle social surge como pilar estruturador do capitalismo e as reproduções de ódio, estigmatização, apartamento e seletividade “demonstram a materialidade do racismo enquanto ideologia a serviço do grande capital” (Buozi, 2018, p. 545).

3. POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

Desde o período colonial já existiam crianças e adolescentes em situação de rua, abandonadas e exploradas, algumas oriundas de Portugal, outras indígenas e posteriormente os filhos dos escravizados alforriados. É neste período que o atendimento às crianças e adolescentes era realizado pela iniciativa da Igreja Católica, nesse contexto, as políticas se configuravam como políticas não governamentais e se preocupavam com as crianças rejeitadas, pobres e órfãs (Priori, 2000).

Com a promulgação da República, a compreensão da questão da criança e do adolescente no Brasil passou a ser considerada como problema social, devido aos impactos da abolição da escravatura e mesmo da imigração de força de trabalho europeia, e, portanto, o trato dispensado era como caso de polícia.

Na década de 1920 crianças e adolescentes tornam-se objeto de preocupação jurídica no país, o que leva o Estado, em 1927, a instituir o Código de Menores, também conhecido como Código Mello Mattos. A partir deste Código foram criadas instituições de Abrigos de Menores, com uma abordagem centrada na perspectiva médico-jurídica.

O Código de Menores acentuou a criminalização da pobreza, todos os jovens e crianças eram vistos como perigosos e considerados como infratores, ociosos, de conduta antissocial, ou em situação de perigo, seja por abandono ou condição de carência. Diante deste contexto, a medida a ser aplicada, via de regra, era o acolhimento institucional como forma de corrigi-los, visto que o princípio orientador do Código era a punição, política que perdurou ao longo dos anos seguintes.

No governo de Getúlio Vargas em 1942, junto com a criação da Legião Brasileira de Assistência foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) de caráter correcional-repressivo, tinha uma perspectiva higienista e de controle da “delinquência” juvenil, e sua atuação fez aumentar a situação de abandono, na medida em que sua ação principal pautava-se no afastamento da convivência familiar.

Durante a ditadura cívico-militar de 1964, as políticas para crianças e adolescentes se estruturam a partir da judicialização, o SAM foi encerrado dando lugar à a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), sua

metodologia pautava-se no trabalho repressivo e assistencialista, sob orientação da concepção prevista pelo Código de Menores. Assim, a noção de periculosidade ganha espaço central na estratégia de atendimento e a direção das ações se voltava para a privação da liberdade, pois eram vistos como pessoas carentes e, portanto, uma ameaça social.

Com o crescente protagonismo de movimentos sociais vinculados a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, em 1988 a Constituição Federal no artigo 227, estabeleceu o princípio da proteção integral, assegurando o “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1988).

As políticas sociais destinadas à defesa de crianças e adolescentes surgiram com o objetivo de incentivar o cuidado e proteção com este público, prevenindo a exploração, discriminação e crueldade, buscando garantir os seus direitos fundamentais. (Silva; Alberto, 2019. p. 02).

Na defesa dos direitos das crianças e adolescente, regulamentando o preconizado na Constituição Federal, se promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que passou a impor e reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, assim como ampliou o compromisso de toda a esfera pública em níveis nacional, municipal, estadual e até mesmo comunitárias em prol do bem estar e direitos das crianças e adolescentes.

O ECA tem por objetivo criar meios que facilitem o acesso à recursos e políticas em favor da qualidade de vida da juventude brasileira por meio de dispositivos que amparem a efetivação dos Direitos Humanos (Silva; Alberto, 2019). Nesta linha, segundo Silva, Alberto (2019), o ECA destaca a necessidade da articulação em Rede de apoio que tenha por objetivo, na mesma medida, a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

A Rede é uma ferramenta das políticas públicas cujo objetivo é proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, formada pelos atores sociais das várias instituições engajadas no mesmo propósito. Para Rizzini (2006), uma Rede integrada e articulada deve estar ligada com os diversos setores das políticas públicas (saúde, educação, justiça, entre outros), pois, dessa forma, ofertará um atendimento completo à criança, ao adolescente e a suas famílias. (Silva; Alberto, 2019, p. 03).

Contudo na prática fica bem distante do esperado, segundo Silva e Alberto (2019), uma vez que os instrumentais da Rede não possuem sincronia na execução das políticas públicas voltadas para a juventude do país, onde a esfera pública, não abrange nem de maneira mínima as políticas estimadas aos cidadãos de toda a sociedade. E a desigualdade existente entre as classes sociais vai se intensificando pela ausência da efetividade das políticas em consequência ao modo de produção capitalista, que se esconde sob programas filantrópicos e assistenciais esporádicos que atende grupos sociais previamente selecionados.

Portanto, Silva e Alberto (2019) levantam a questão de que o nosso país necessita de políticas sociais mais atuantes que consigam atender as diferentes conjunturas e especificidades existentes da sociedade brasileira e suas diferentes classes. Onde a juventude possa contar com uma política protetiva mais eficaz e atuante, que contemple as suas reais necessidades enquanto sujeitos dignos de direitos.

Em outras palavras, “é a partir da interação entre as diversas instituições (a chamada Rede) que se ofertará um atendimento completo à criança, ao adolescente e a suas famílias, conforme preconizado pelo ECA, no seu artigo 86” (Silva; Alberto, 2019, p. 07). Porém, a articulação da Rede em prol da proteção social de crianças e adolescentes, tornam-se fragilizada, por vezes pela falta de preparo adequado e pela rotatividade dos profissionais nas políticas sociais, sem deixar de levar em consideração os próprios postos de trabalho precarizados e a lógica institucional que obriga os profissionais a se submeter às suas demandas, devido sua condição de assalariado. O que acaba por afetar diretamente os usuários dos serviços oferecidos. Situação que tem negligenciado a segurança das crianças ou adolescentes, que necessitam do aparelho estatal. E muitas vezes, os órgãos que deveriam visar o melhor atendimento aos jovens, compõem um grupo repressor e controlador do público atendido culpabilizando-os e punindo-os pela conjuntura na qual vivem.

Em razão disso, a Rede enquanto meio para a promoção dos direitos assistenciais e acesso às políticas públicas para proteção dos direitos das crianças e adolescentes só passa a ser efetiva se bem articulada com os diversos setores, objetivando uma perspectiva crítica para o cumprimento das políticas sociais, na medida em que constata-se uma significativa presença de agentes alienados, os

quais reproduzem o pensamento conservador e repressivo exaltado pelas camadas burguesas de uma sociedade capitalista.

3.1. Breve resgate das políticas de trabalho e emprego para os jovens no Brasil

Segundo Kerbauy (2005) a juventude por muito tempo não foi beneficiada com políticas pensadas exclusivamente para ela, mas em meados dos anos 1950 aos 1970, como reflexo da chegada da modernidade, a sociedade passou a pensar na inserção dos jovens enquanto sujeitos de direitos. No entanto, as políticas eram pautadas na lógica desenvolvimentista e visavam principalmente a ocupação e a produtividade das crianças e adolescentes atendendo aos interesses da sociedade conservadora.

O público jovem e suas necessidades, só passaram a ganhar certa importância em meados da década de 1990, devido a marcante realidade juvenil “desocupada”, sem oportunidade de emprego, pois graças ao exército industrial de reserva, ou seja, a reserva de força de trabalho, a qual impacta tanto numa concorrência desleal, como na inferiorização salarial e de postos de trabalho, o que resulta no crescimento exponencial do desemprego (Nunes; Fernandez 2016). Nesse contexto, a juventude brasileira passou a chamar a atenção dos órgãos estatais pela possibilidade real de sua marginalização, da ampliação dos postos de trabalhos informais, tendo como consequência sua exclusão social e aproximação com a criminalidade.

Nunes e Fernandez (2016, p. 67), mostram que entre 2004 e 2005 esta realidade teve uma pequena mudança, especialmente para o público da faixa etária entre 16 a 24 anos, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que instituiu programas em favor da criação de novas oportunidades no mercado de trabalho aos jovens. Iniciando pelo Primeiro Emprego para os Jovens (PPE), aliados ao Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude (DPJ), que passaram a promover ações em favor do acesso ao trabalho, como por exemplo, o programa ProJovem que contribui para o preparo dos jovens de 18 a 29 anos, de baixa renda comprovada, ao exercício profissional. Nesta mesma linha em 2000 foi criado o programa Jovem Aprendiz que contempla o público de 14 a 24 anos, regulamentado pela Lei 10.096/2000, que

induz empresas de médio e grande porte a contratar adolescentes e jovens para seu primeiro emprego, aliado a algum curso profissionalizante de modo a contribuir para o ganho de experiência profissional, mas sem deixar de lado a educação, na mesma direção, em 2008 se aprovou a Lei do Estágio n. 11.788/2008, que funciona como um mecanismo pedagógico para estudantes adolescentes e jovens que recebem uma bolsa a fim de contribuir com sua profissionalização (Nunes; Fernandez, 2016).

[...] as políticas de trabalho direcionadas aos jovens no Brasil são conduzidas a partir de ações voltadas à qualificação profissional e a intermediação de mão de obra, buscando contribuir para o reconhecimento e valorização dos jovens como pessoa mediante sua autonomia e o exercício de seus direitos e de sua liberdade; enquanto cidadão, consciente de seu protagonismo, efetivando sua participação no aprimoramento da democracia e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais; e enquanto trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção cidadã no mundo social e do trabalho. (Nunes; Fernandez, 2016, p.68).

Contudo, todas as políticas e programas, mesmo que necessários, não são o suficiente para resolver os problemas existentes na inserção dos jovens no mundo do trabalho de maneira digna. Uma vez que o modo de produção capitalista se construiu dentro da sociedade enfatizando a desigualdade social e conseqüentemente a exclusão social de uma parcela bem grande da sociedade marcada pelo pauperismo. Nesta linha, a juventude representada pela classe subalterna, devido a essa conjuntura, muitas vezes não consegue conciliar sua vida profissional com a educação e se sujeitam a uma rotina super pesada para garantir renda aos seus (Nunes; Fernandez, 2016).

Em uma sociedade na qual o modo de produção se baseia na oferta e demanda, até mesmo o que se direciona a melhoria da classe trabalhadora é passível de adequações para a expropriação em favor do capitalismo, tornando políticas e programas sociais como brechas para grandes empresários usufruírem de mão de obra mais baratas e no que diz respeito às políticas para a juventude isso igualmente se reproduz.

As políticas públicas adotadas, em busca de integrar socialmente o jovem, percorrem como que uma única via de mão dupla: incentivam programas de ressocialização vinculados à educação não-formal – por meio especialmente da organização de oficinas ocupacionais, da prática de esportes, da arte e de programas de capacitação profissional, ‘que muitas vezes não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho’. (Abramo, 1997, p. 26 *apud* Kerbauy, 2005 p.196).

Nesse sentido, Kerbauy (2005) sinaliza que as instâncias de planejamento das políticas públicas demonstram cuidado com a juventude como meio de inibição às atividades ilícitas e incentivando a coibição de qualquer desvio de conduta, ainda com a ideia de que os jovens representam certo problema social com diferentes níveis discriminatórios de acordo com sua classe social, onde “a preocupação generalizada com aspectos e fatos que associam a juventude à violência, ou às drogas, faz multiplicar as proposições normativas visando disciplinar essas relações causais” (Kerbauy, 2005 p. 199).

Mas vale lembrar também que, a criação de políticas sociais para o público juvenil permeia por certa zona de hesitação em torno do direcionamento de recursos e de bens públicos limitados (Sposito; Carrano, 2003, p. 18). Mesmo que o percurso das políticas atribuídas aos jovens sejam assuntos que exigem cuidado mais atento do poder do estado regulador. Segundo Sposito e Carrano (2003) é fato que, em sua maioria, as políticas sociais e setoriais como educação, saúde e trabalho apresentam-se como extensivas a todas as faixas etárias e desconsiderando a realidade de que os jovens de hoje serão os adultos de amanhã não atendem ou enfocam diretamente na juventude brasileira.

Dito isso, percebe-se nitidamente que as esferas públicas e sociais possuem caráter alienador e de certa forma controlador da juventude na sociedade ao invés de encorajar a participação deste público na representatividade social. Fica evidente que, o avanço das políticas voltadas aos jovens durante o processo histórico parte inicialmente da tentativa de minimização do risco social, exclusão juvenil e a necessidade de melhor controle deste público o que acabou por contribuir também no alargamento da educação, reconhecimento da necessidade do enfrentamento do pauperismo e a inserção ocupacional,

Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. [...] as formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. (Sposito; Carrano, 2003, p. 18-19).

Ainda assim, as contradições sociais são o que dão amparo a origem das políticas direcionadas aos jovens pela necessidade de melhoria dos problemas sociais e da juventude, expressado “na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados

especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades” (Sposito; Carrano, 2003, p. 21).

Nesta linha Pessoa *et al.* (2019) apontam que as políticas sociais em prol dos jovens do país em sua maioria são direcionadas para a profissionalização e educação, tendo como justificativa a atenuação da marginalidade de modo a ocultar os reais interesses de uma sociedade capitalista. Ainda assim, os jovens pertencentes a população pobre das periferias são os que mais sofrem com a ausência de políticas efetivas em prol de sua inserção ao meio social, uma vez que a necessidade de ajudar suas famílias os induzem a recorrer a meios que contribuam para provisões para o sustento.

Pessoa *et al.* (2019), apontam que mesmo com a ampliação da escolaridade da juventude, os pobres sofrem com a desigualdade social e a falta de boas oportunidades profissionais e acabam se sujeitando a ocupações exploratórias, degradantes e mal remuneradas.

Diante disso, a juventude muito além de ter que lidar com os desafios de seu próprio processo de transformação, também se depara com os obstáculos e responsabilidades de uma vida adulta, na qual a alienação de uma sociedade capitalista que explora, submete e impõe violações de direitos, faz com que os jovens conheçam as marcas da desigualdade que sofre a população mais pobre, impondo culpabilização e responsabilidades mediante a sua falta de oportunidade (Lima, 2014). Os pauperizados se veem obrigados a compor a massa trabalhadora se sujeitando a qualquer tipo de oportunidade de emprego na responsabilidade de agregar a renda familiar, situação que muitas vezes os impede de permanecer nos estudos e conseqüentemente de alcançar uma qualidade de vida mais digna (Lima, 2014).

A vista disso o incentivo ao ingresso da juventude no mercado de trabalho por meio de programas de capacitação, primeiro emprego ou estágio mostra à sociedade uma falsa sensação de dever cumprido por parte do poder público com relação ao fornecimento de políticas assistenciais e públicas à classe proletária. O que na verdade, segundo Pessoa *et al.* (2019), acaba por firmar a condição deste jovem a sua própria classe social.

Isso corrobora o que defende Netto (2011), ao verificar que o papel das políticas sociais é a preservação e controle da força de trabalho. Ao agir assim o Estado exerce o papel de mediador, no conflito entre capital e

trabalho, através das políticas sociais age na preservação e controle da força de trabalho, um suporte sócio-político. (Pessoa *et al.*, 2019, p. 166).

Ou seja, o Estado enquanto regulador das demandas sociais usa das políticas sociais como meio apaziguador dos ânimos da classe trabalhadora pelo pauperismo vivido sem deixar de lado os interesses da burguesia e o modo de produção capitalista Pessoa *et al.* (2019) apontam também que a esfera pública se apropria do discurso da meritocracia, para explicar a falta de oportunidade à classe trabalhadora. É pautada nessa concepção ideopolítica que a sociedade capitalista vai mediando recursos para sua manutenção e reprodução, mantendo-se enquanto modo de produção que direciona a vida social. A sociedade burguesa fazendo uso da moralidade e da alienação constrói as justificativas para a exclusão e marginalização da classe pauperizada, e principalmente daqueles que vivem em comunidades periféricas de modo a garantir uma massa excedente.

Já a juventude “problemática” da sociedade serve como mão de obra barata e por não possuírem qualificação se sujeitam a ofícios ruins e insalubres como oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Segundo Lima (2014) a juventude se perde com a fragilidade dos papéis sociais de cada classe social, uma vez que nem sempre as políticas públicas contemplam as especificidades da conjuntura de cada indivíduo onde a pobreza e exclusão escolar, os induzem a falta de acesso, lhes negando a possibilidade efetiva de cidadania e realização pessoal (Lima, 2014, p. 322).

3.2. Criminalização da pobreza e repressão

A pobreza e a vulnerabilidade social enfrentada por grande parte da juventude reafirma seu lugar como “um problema social” para o conjunto da sociedade, de modo a justificar sua exclusão da coletividade. Silva (2019) fala que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e tal cenário se dá como reflexo de uma longa jornada e consolidação do capitalismo enquanto modo de produção. Para termos a dimensão, segundo o IBGE, o país tinha 13,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, de acordo com critérios do Banco Mundial, somadas aos que estão na linha da pobreza, chegam a 25% da população do país (Ponte Social, 2021), o que configura um país de extrema desigualdade social, note-se que

desta população os jovens são os que mais sofrem os impactos dessa desigualdade.

Portanto, a juventude em situação de extrema pobreza, ao se deparar com uma sociedade tão excludente, seletiva e intolerante, que se fundamenta na desigualdade social, muitas vezes, se vê obrigada, a ingressar no mundo da marginalidade em busca de provisões e sobrevivência. Também é fundamental sinalizar que fatores que envolvem a reprodução do “racismo, alcoolismo, drogas, facilidade de comprar armas e o baixo índice de escolaridade também pesam e agravam o problema” (Silva, 2019, p. 24), isso aliado à falta de assistência e políticas efetivas por parte do Estado. Ou seja, a criminalidade ganha destaque nas vidas da juventude brasileira devido à falta de investimento real em políticas públicas efetivas, à falta de reconhecimento do seu protagonismo como sujeito e da exposição desde a infância à criminalidade.

Levando em conta o que Silva (2019) fala, a pobreza é nada mais que a falta de liberdade no sentido econômico, social e cultural, onde os indivíduos de baixa renda não possuem poder aquisitivo para o consumismo fútil e sobrevivem somente com o mínimo do mínimo, estabelece-se assim, uma linha bem demarcada da desigualdade econômica que acaba por contribuir para estagnação e o não desenvolvimento social desta população, justamente pela falta de melhores oportunidades e investimentos no acesso à bens e serviços que garantam a reprodução da vida social para além da luta pela sobrevivência. .

Em paralelo, a condição de pobreza e falta de recursos para a sobrevivência de uma maneira mínima e confortável, são os fatores que fomentam a violência na sociedade. Nessa medida, a juventude pauperizada parte para a criminalidade na expectativa de acesso a solução à falta de mercadorias substanciais a sua sobrevivência (Bauman, 1999).

Excluídos, consumidores falhos, o fato é que essa categoria de pessoas é lançada num processo desumano de luta por sobrevivência e recuperação da dignidade perdida pelos maus-tratos da miséria e da segregação. E, no cotidiano dessa luta, não poucos adentram no universo do processo de criminalização da pobreza (Bauman, 1999, p. 201).

Isto é, a juventude pauperizada que vive às margens, segregada, acaba por encontrar alguma esperança no mundo do crime, Bauman (1999) enfatiza que a pobreza explica a entrada para a marginalidade, ela corrobora para tal ato, dado que está presente na conjuntura desta população desde o início de suas vidas. Em

outras palavras, a necessidade por oportunidades e meios para sobrevivência faz com que a criminalidade e a pobreza construam uma relação direta. Resultado desta realidade, segundo dados do Ministério da Justiça em dezembro de 2022, tinham no Brasil 832.295 pessoas privadas de liberdade, destes, 167.829, ou seja, 20,16% entre 25 a 29 anos marcando o expressivo número de jovens encarcerados no país. O que nos leva a concluir que há a necessidade urgente de diminuir o nível de pobreza, de um lado, e aumentar a presença do Estado, por intermédio de políticas sociais e econômicas eficazes, para diminuir os índices de violência (Silva, 2019, p. 27) por outro.

Os jovens pobres e em sua maioria pretos e pardos saídos de comunidades periféricas chegam à marginalidade e à informalização, em consequência da falta de oportunidades, acesso a políticas públicas, oportunidades de emprego e boa educação. O sistema capitalista e suas estratégias para auto afirmação manipula o moralismo na exclusão do público pauperizado ao acesso a novas oportunidades e ao assalariamento justo e suficiente (Silva 2019).

Empreitou-se uma desestruturação do mercado de trabalho nacional que obrigou por práticas escusas os trabalhadores adentrarem na informalidade e numa pobreza profunda no sentido social, econômico e simbólico, a ponto do elo de relação entre a pobreza e a criminalidade irem se estreitando ao longo do tempo, isto por conta da informalidade no século XXI ser constituída por um “contingente majoritário de trabalhadores advindo de grupos sociais pauperizados, sobretudo por conta da ausência de qualificação e recursos, e que se insere em condições de trabalho das mais precárias (Silva, 2010, p. 20 apud Silva, 2019, p. 28)

Em outras palavras, a escassez de emprego e a alta exigência de qualificação, acabam por contribuir com o aumento da pauperização da classe subalterna e conseqüentemente o aumento da criminalidade e da população encarcerada, pois muitas vezes este é o único meio de inserção ao consumo e adquirir meios de sustento. Silva (2019) aponta que este cenário se torna cada vez mais comum em virtude das contradições existentes entre o sistema capitalista como modo de produção, afetando principalmente as pessoas que mais estão fragilizadas pela exclusão e desigualdade existente do meio social.

Todavia Botelho *et al.* (2020) falam que a criminalização da pobreza implica negativamente e diretamente nas vidas dos jovens estigmatizados sendo eles principalmente negros pardos e periféricos, constituindo rotulações aos indivíduos os julgando todos como perigosos, preguiçosos e mal intencionados.

Retira-se dessa população a oportunidade de possuir um direito básico a todo ser humano: o de viver. Contudo, quando se tem tal direito

assegurado, este ocorre de maneira precarizada. Os jovens convivem com a ineficiência por parte do Estado na implementação de políticas públicas que lhes possibilitariam as garantias básicas à sobrevivência, como acesso à educação, saúde, moradia e segurança (Botelho *et al.*, 2020, p.07).

Destaca-se que a própria sociedade que julga e rotula os jovens negros e a população periférica é a que impede que esta população tenha a chance de transformar a sua cruel realidade, por meio da preservação e reprodução do racismo que está enraizado desde cerca de 300 anos de escravidão, a qual “se torna uma estratégia capaz de unir dispositivos que visam contribuir com o genocídio do povo negro” (Botelho *et al.*, 2020, p. 07).

A criminalização da pobreza principalmente da população que reside na periferia surge não por acaso da sociedade burguesa, tendo por referência o egocentrismo dos ricos, a individualização, a busca por garantir seus privilégios, assim como manter e ampliar sua lucratividade, pautada na ganância. Implicando em impactos na vida dos jovens pobres pela estigmatização da classe subalterna que se expressa na exclusão e na falta de oportunidades de alcance para uma vida digna, confortável e segura aos sujeitos sociais.

E o Estado, em vez de tomar medidas que auxiliem para a inserção dos desses jovens em novas oportunidades, elaborando políticas de fortalecimento e apoio estrutural promovendo a diminuição da desigualdade social, direciona os recursos do fundo público, primeiro para manter o ganho do capital e segundo para o controle social, por meio da repressão e da violência que possui alvo pré-estabelecido de acordo com a classe social, a raça e a idade. Resultando, segundo Botelho *et al.* (2020, p. 07) em um enorme “descaso com o assassinato da juventude periférica, uma vez que a cada 100 pessoas que sofrem homicídio no país, 71 são negras, [...] percebe-se a existência de um genocídio da juventude negra e pobre brasileira”.

Para muito além de somente falta de condições para uma boa vida a população periférica e principalmente os jovens periféricos enfrentam, a falta de políticas públicas efetivas que contribuam para sua inserção enquanto pessoas de direitos ao meio social, assim como também se reproduz a exclusão pelo simples fato de serem quem são: pobres, negros ou pardos e vítimas de uma história estigmatizadora, fortalecida pelo conservadorismo, construída com bases no racismo estrutural, que alimenta somente os interesse do capitalismo.

Para tanto, o impacto para cada jovem pobre e periférico que tem as portas fechadas em virtude de sua condição de vida, se reflete tanto na sua dimensão psicológica, como na sua dimensão material com a baixa escolaridade, ingresso ao trabalho durante a infância, acesso a condições de trabalhos precários com renda baixíssima demarcando a superexploração, propiciando a entrada para a informalidade, assim como para o mundo do crime e drogas (Botelho *et al*, 2020). Ou seja, a reprodução de estereótipos, exclusão e estigmatização da população periférica é um elemento determinante da violência da sociedade e o aumento da desigualdade que se perpetua pela falta de políticas sociais.

4. A JUVENTUDE, PERIFERIA, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DA JOINPP

Refletir sobre a temática ligada aos desafios da juventude brasileira no acesso a políticas sociais é um desafio necessário a fim de contribuir com a produção de conhecimento neste campo de pesquisa, para tanto nos propomos aqui a analisar a produção do JOINPP (Jornada Internacional de Políticas Públicas). Este evento foi criado pelo programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, iniciado em 2003, com o tema direcionado ao trabalho e desigualdade social da atual reestruturação do capitalismo. Onde desde então vem ocorrendo a cada dois anos, focando suas temáticas nas emergências da conjuntura do momento (Maranhão, 2022).

Apresenta-se a seguir uma análise da produção teórica da JOINPP por ordem cronológica nos anos de 2015, 2017, 2019 e 2021 focando somente em trabalhos relacionados a temas ligados a jovens/periferias, de modo a identificar quais discussões e preocupações são pertinentes na conjuntura específica de cada ano. Assim como, discussões que contribuem para o trabalho do serviço social na promoção do acesso às políticas públicas e sociais.

Assim sendo, na tabela abaixo, apresentam-se os artigos publicados nos anais do JOINPP de 2015, selecionados para este trabalho.

Tabela 01 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2015

| Autor | Título do Artigo | Resumo do Artigo |
|--------------------------------------|--|--|
| - Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo | JOVENS VÍTIMAS OU ALGOZES JOVENS!?: juventude e vulnerabilidade social à violência | Relações complexas permeiam o universo dos jovens em situação de pobreza. Uma dessas relações aparece na vulnerabilidade desse grupo à violência, ocasionando que jovens negros, residentes em bairros periféricos, entre 15 e 29 anos, liderem os índices de homicídios no país. Este trabalho apresenta as relações existentes entre juventude, vulnerabilidade social e violência, a fim de |

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>problematizar a discussão que considera o jovem ou como algoz da violência ou como vítima desta, apontando a necessidade de se considerar o peso das subjetividades, a desmistificação da pobreza enquanto sinônimo de criminalidade e a influência da desigualdade social na potencialidade da vitimização (Araujo, 2015, p. 01).</p> |
| <p>- Maria do Socorro Pereira da Silva - Maria Gessi-Leila de Medeiros - Edmara De Castro Pinto - Maria do Carmo Alves do Bomfim</p> | <p>JUVENTUDES DA PERIFERIA E AÇÕES EDUCATIVAS: insurgência e emancipação social</p> | <p>Este estudo analisa as práticas educativas das ações do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) ao denunciam processo brutal de exclusão social, de opressão e de violências nas comunidades da periferia. Os jovens ressignificam a periferia como espaço de cidadania pela implantação de ações educativas e de políticas públicas como experiências concretas de emancipação social pela garantia dos direitos sociais. A juventude da periferia rompe com a lógica invisibilidade ao cultivar a cultura de paz e a cidadania ativa que se contrapõe ao projeto hegemônico excludente. Essas análises se referenciam nos estudos Freire (1981), Santos (2007), Guimarães (2005) entre outros (Silva <i>et al.</i>, 2015, p. 01).</p> |
| <p>- Maria Fernanda dos Santos Alencar - Alexandrina Sobreira de Moura</p> | <p>POLÍTICA CURRICULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: em busca da integralização entre escolarização e qualificação profissional</p> | <p>Este artigo tem por objetivo colaborar para a discussão sobre a relação educação e trabalho através da implantação de políticas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltadas à integração entre o processo de escolarização e a qualificação profissional, visando a possibilidade de inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho (Alencar; Moura, 2015, p. 01).</p> |
| <p>- Jimmy Carter Lindemberg Torres Bezerra e Silva</p> | <p>CENTRO E PERIFERIA NA CONTEMPORANEIDADE: o continuísmo do discurso da desigualdade social</p> | <p>Apresentamos o debate acerca da construção de conceitos como Centro e Periferia, modernidade, multiculturalismo</p> |

| | | |
|---|---|---|
| | | <p>e o pluralismo, para que seja possível analisar as diversas questões que envolvem a manutenção e reprodução das desigualdades sociais. Além disso, elaboramos uma reflexão sobre a atual transdisciplinaridade na produção do conhecimento científico, sua influência na reprodução do discurso ideológico, buscando tornar possível compreender como se produz a associação de categorias, como Centro e Periferia a superior e inferior, ou seja, ao discurso da desigualdade, bem como de que forma essa associação pode ser superada, por meio da conquista da emancipação garantida por políticas públicas (Silva, 2015, p. 01).</p> |
| <p>- Ingrid Lorena da Silva Leite</p> | <p>“A VIDA DA GENTE É UM NADA NO MUNDO”: reflexões sobre as narrativas de jovens em conflito com lei</p> | <p>Este artigo traz a discussão central abordada sobre as narrativas de jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no Centro Educacional Patativa do Assaré (Cepa). Proponho também reflexões, referentes aos dados do Mapa da Violência de 2014, que aponta um perfil para juventude vítima de homicídios. São negros, pobres, nordestinos e de bairros pobres. Foi a partir da pesquisa em campo no Cepa que foi possível apresentar traços de uma realidade desigual e a —violência que não sangrall, tendo em vista as violações de direitos e as múltiplas expressões da questão social, que perpassa todo esse cenário (Leite, 2015, p.01).</p> |
| <p>- Isabelle Melo Rocha Lima - Maria Adelane Monteiro da Silva - Amanda Akemi Ribeiro Naka</p> | <p>A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS ADOLESCENTES E JOVENS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: tecendo reflexões</p> | <p>O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os adolescentes no Brasil vem se tornando algo prioritário, devido aos complexos fatores que os colocam como um dos principais sujeitos às vulnerabilidades e riscos sociais. Este estudo reflexivo</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>de abordagem qualitativa tem como objetivo refletir sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes sob o enfoque da estratégia saúde da família no âmbito da promoção da saúde dos adolescentes. A contribuição almejada é o enriquecimento do debate em torno da integralidade do atendimento desse grupo, que reverbera na redução de vulnerabilidades na perspectiva de garantia de direitos (Lima <i>et al.</i>, 2015, p 01).</p> |
|--|--|--|

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em 2015 a JOINPP, teve como tema “Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas”, neste evento foram seis artigos publicados com a temática da juventude, periferia e políticas públicas. Entre os artigos aprovados e apresentados, Silva et. al. (2015) falou sobre a emergência da temática ligada à emancipação da juventude das periferias e o que tem por trás dos interesses relacionados ao público jovem brasileiro. Silva et. al. (2015) começa ressaltando que os interesses da juventude só vem sendo levados em conta e reconhecidos, enquanto sujeitos de direitos, em um recente período de tempo, assim como as especificidades de demandas de acordo com a conjuntura de cada classe social.

O fato é que para Silva et. al. (2015), a juventude das periferias está posta em um cenário desigual em contrapartida do restante da sociedade em virtude das suas particularidades ligadas a classe, identidade de gênero e raça. Onde a emergência das necessidades dos jovens está muito além do simples reconhecimento como cidadão de direitos, uma vez que é essencial a sua inclusão no meio social, a efetividade de acesso a esses direitos e o seu reconhecimento como ser social ativo, levando em conta sempre as particularidades de cada estrutura familiar, assim como o contexto histórico, cultural e societário.

Neste mesmo sentido, Araújo (2015) vai demonstrar que o contexto no qual os jovens estão inseridos determina muitas vezes o quão estão sujeitos a escassez de alternativas para a melhoria de vida enquanto cidadãos, uma vez que a falta de obtenção de saúde, estrutura familiar, subsídios sociais, educação de qualidade e

oportunidades efetivas de acesso a políticas públicas os deixam à mercê do crime e na mira da violência, tornando-os vítimas de dupla maneira do sistema e da vulnerabilidade social vivida, revertendo-os em parte dos índices de violências ou da comunidade carcerária, onde somente a minoria consegue alcançar êxito como indivíduo social.

Araújo (2015) aponta que a vulnerabilidade social em que a juventude da periferia se encontra faz com que se naturalize o convívio com a criminalidade e conseqüentemente seja construída uma certa rotulação de marginalidade sobre os jovens por boa parte da sociedade, com ajuda muitas vezes das mídias, reproduzindo o pensamento conservador.

Os recursos midiáticos revelaram nos últimos anos, pesquisas desanimadoras e informações preocupantes com relação à insegurança, à violência criminosa, à ineficácia da segurança pública e os homicídios no estado. Independentemente dos programas televisivos sensacionalistas, os noticiários esboçam a realidade cruel das ruas, com toda sua variedade de crimes, o extermínio de jovens negros e os assassinatos que chocam os telespectadores atentos. (Araújo, 2015, p. 07).

Panorama que se explica, segundo a autora, através da intensificação do tráfico, o crescimento de compra e venda de armas e a vulnerabilidade do sistema de apoio familiar e até mesmo social. Para Araújo (2015), a falta de políticas sociais ativas e atuantes contra a desigualdade social é o que abre brechas para o aumento da criminalidade no país, uma vez que, os jovens e suas famílias surgem de um contexto social extremamente debilitado os obrigando a buscar recursos por meios precários tornando-se transgressores e vítimas de sua condição de vida.

Contudo, a violência e os desafios enfrentados pela juventude brasileira se esconde atrás da alienação da lógica do modo de produção capitalista que manipula a sociedade ao ponto de justificar as expressões da questão social culpabilizando os pobres a “não ter uma participação justa no mundo do trabalho, refletindo na falta de condições mínimas de sobreviver. Remetendo a desvalorização, exclusão parcial ou totalmente da órbita do ter direitos” (Leite, 2015, p.05).

Assim sendo, a juventude da classe pauperizada é lida constantemente com a depreciação da estigmatização imposta pela sua condição de vida. E para além disso, segundo Leite (2015, p.10) “É preciso entender que, se o capital é um sujeito abstrato e invisível, a forma como subordina e violenta a sociedade só poderá ser percebida em seus efeitos” onde de certa forma os jovens se encontram em fogo

cruzado buscando por reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e público carente de representatividade.

Tabela 02 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2017

| Autores | Título do Artigo | Resumo |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Thaynah Barros de Araujo - Ericsson Martins Ferreira - Sara Maria Feitosa Riibeiro - Alano Macedo do Ca | <p>TRABALHO, JUVENTUDES E ONCOLOGIA: uma análise sobre pacientes jovens no acesso ao mercado de trabalho</p> | <p>Esta pesquisa analisou o acesso ao mercado de trabalho, vivenciado por jovens acometidos por osteossarcoma que se submeteram à amputação de membro. Esta investigação tem natureza qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas, com amostra por saturação de dados. Realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como resultados, apreendeu-se que os programas e ações do Governo do Ceará referente à inclusão produtiva de Pessoas com Deficiência são escassos, pontuais e subalternizado (Araujo <i>et al.</i>, 2017, p.01).</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Danilo Santos da Silva - Elisabete Vitorino Vieira | <p>RACISMO NA PARAÍBA: genocídio e extermínio de jovens negros</p> | <p>O presente trabalho tem por objetivo apresentar a discussão sobre genocídio e extermínio no Estado da Paraíba e os aspectos que constituem o racismo institucional. Para tanto utilizamos a pesquisa bibliográfica em textos que abordam o tema do genocídio, a partir da conceituação jurídica do termo bem como a análise de dados, índices e indicadores presentes em documentos divulgados no Brasil, a exemplificar, o Mapa da Violência referente ao 2016, no qual encontramos como a Paraíba avançou no número de homicídios de jovens negros no período dos anos de 2003 a 2014 (Silva; Vieira, 2017, p.21).</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Talita de Jesus da Silva Martins - Maria Alice Melo - Ádria Karoline Souza de Aquino Utta | <p>O ABANDONO ESCOLAR NO PROJOVEM: reflexões sobre desafios das políticas públicas de inclusão social de jovens</p> | <p>O presente artigo objetiva apresentar resultados de uma pesquisa que trata das trajetórias de escolarização de egressos do ProJovem em São</p> |

| | | |
|---|---|--|
| | | Luís (MA) contendo reflexões sobre os determinantes atribuídos ao abandono escolar desses alunos. Para elucidar essa reflexão foi desenvolvida uma pesquisa de campo de caráter qualitativa que tem como referências estudos de Arroyo (2010), Dayrell (2007) e Freire (2005) com propósito de discutir sobre os desafios das políticas de inclusão social. Os resultados evidenciam que a garantia do direito a educação apresenta uma complexidade de ações sociais que exige políticas articuladas a outros direitos sociais (Martins et al., 2017, p.01). |
| - Artur Fernandes de Moura - Dayane Martins Sales Lima | A CIDADANIA A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS REINCIDENTES DA UNIDADE DE RECEPÇÃO LUÍS BARROS MONTENEGRO EM FORTALEZA-CE | A elaboração deste trabalho visou reconhecer o significado de cidadania a partir do olhar dos jovens apreendidos da Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro. Sabe-se que a cidadania galga por caminhos que propõe garantir igualdade entre os homens, concebendo proteção e direitos que os integre a esta nação. No entanto, a cidadania não é vivenciada por alguns indivíduos e grupos sociais. O jovem autor de atos infracionais enquanto sujeito desta sociedade relaciona-se com questões as quais envolve os direitos, o modelo de cidadania e a moratória (Moura; Lima, 2017, p. 01). |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Na JOINPP de 2017 o tema foi inspirado nas lutas históricas contra a opressão do homem pelo homem mediante o sistema capitalista, que repercute em reformas, revoluções que visam o bloqueio das contrarreformas de direitos alcançadas pela classe trabalhadora. Neste evento foram publicados apenas quatro artigos com a temática sobre a juventude, periferia e violência, demonstrando a baixa produção teórica sobre esta importante temática.

Os autores Moura e Lima (2017) mostram a partir de entrevistas feitas com jovens pauperizados e ex-infratores, da cidade de São Luís (MA), que a sociedade conservadora e meritocrática rotula como sujeitos desprovidos de novas

perspectivas de futuro sem levar em conta que a própria exclusão e estigmatização do meio social os induzem muitas vezes a reincidência pela simples subjugação. Ou seja, embora a juventude faça uso de mecanismos para impor a sua presença perante a coletividade, os padrões enraizados do conservadorismo os limita e agem como freio na busca do novo.

Dentre as ações juvenis, fugir do controle e padrão exposto pela sociedade é a expressão mais constante. Jovens ressignificam conceitos, normas e expressões culturais, na intenção de “gritar”, ter voz que seja ouvida. Por assim compreender, a juventude “representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos.” (DIÓGENES, 2012, p.104). Funcionando como fio condutor que não é enrijecido, mas maleável a adaptação ou mesmo a possibilidade do novo. (Moura; Lima, 2017, p. 04).

Apesar da juventude ser de fato o futuro da sociedade a inércia em relação às suas demandas os invalidam enquanto sujeitos sociais. Contudo, para Moura; Lima (2017) a identidade da juventude se constrói a partir do meio o qual ele está inserido, o que normalmente dificulta ainda mais o acesso à cidadania aos jovens surgidos de comunidades periféricas, com um ambiente que os aproxima da criminalidade, uma vez que “alguém não é notado, não existe ou tem sua exclusão aceitável precisa encontrar meios que digam sobre a sua existência” (Moura; Lima 2017. 06).

Para tanto, é neste sentido que as singularidades presentes dentro das classes e camadas sociais se refletem no acesso às políticas sociais públicas, em razão de uma hegemonia conservadora e culpabilizadora por parte das classes que se beneficiam desta falsa igualdade de acessibilidade, sendo que muitas vezes os pauperizados não possuem nem o mínimo para uma vida digna.

As poucas produções teóricas da JOINPP 2017 voltadas à juventude periférica, abordam as dificuldades na busca por uma educação de qualidade, por trabalhos formais, dignos, honestos e com boa remuneração, pelo direito à vida, pelo direito de ir e vir, pelo acesso a programas e políticas públicas efetivas e ativas ou pelo reconhecimento como cidadão de direitos.

O JOINPP de 2019, que teve como tema base a “Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade”, na tentativa de abordar a estrutura da pós-modernidade, os resquícios em consequência da exploração do trabalho pelo capitalismo e a importância da busca pela emancipação social no processo histórico da sociedade.

Tabela 03 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2019

| Autores | Título do Artigo | Resumo |
|---|---|---|
| <p>- Maria Jose Coelho dos Santos - César Albenes de Mendonça Cruz - Dora Susane Fachetti Miotto - Eliaidina Wagna Oliveira da Silva - Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva</p> | <p>APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO AOS ADOLESCENTES E JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES</p> | <p>O presente estudo volta-se para a análise das medidas socioeducativas em meio aberto previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sua aplicabilidade. As medidas socioeducativas possuem finalidades pedagógica educativa e levam em consideração a vulnerabilidade do público a qual se destina. O estudo tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre o ECRAD, o ato infracional, medidas socioeducativas e o SINASE como instrumento jurídico-político para concretização dos direitos dos adolescentes autores de ato infracional (Santos, 2019, p.01).</p> |
| <p>- Ana Paula Farias de Oliveira - Isabelli Christine Leães de Sousa - Isadora Maria Carvalho de Araújo - Karla Karine Fernandes Lima - Syanne Maria Ribeiro Gonçalves</p> | <p>POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: EVIDENCIANDO A POSIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS</p> | <p>O presente artigo objetiva discutir a respeito dos obstáculos enfrentados pela juventude feminina negra em sua entrada ao mercado de trabalho. Para isso será feito um apanhado histórico do Brasil, marcado pelo racismo e patriarcado, que influencia diretamente nessa questão. Os fatores históricos serão relacionados com a atualidade explicando como a desigualdade de gênero e racismo são questões estruturais, outros assuntos intrínsecos, como a metamorfose do trabalho; empreendedorismo Black, etc., serão mencionados também. Ademais, será ressaltada a posição do Estado e a importância das políticas públicas para dar uma resposta a essa fração de classe (Oliveira, 2019, p.01).</p> |
| <p>Antonio Marcos Quaresma Ferreira</p> | <p>VIOLÊNCIA, VULNERABILIDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO</p> | <p>Este trabalho traz uma abordagem sobre o tema da violência no município de Igarapé-Miri/PA, chamando</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | DE JOVENS NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI - PA | atenção para o problema da vulnerabilidade social, com foco para a situação da juventude. O texto está dividido em três partes. Na primeira parte apresentaremos uma exposição conceitual sobre os termos violência e vulnerabilidade social, citando entendimentos de vários autores. Na segunda parte trataremos uma abordagem sobre o conceito de políticas públicas e sua importância para a vida em sociedade. Na terceira parte apresentamos a discussão sobre a realidade dos jovens no município de Igarapé-Miri - PA, com estudo de campo que trata sobre a relação entre o aumento da violência à carência de investimentos de políticas públicas. O trabalho é resultado um estudo bibliográfico, desenvolvido por meio de pesquisa de caráter qualitativa e quantitativa mostrando a realidade social do município (Oliveira, 2019, p. 01) |
| Thiago Krubniki | INTERNAÇÃO COMO REGRA: sobre como jovens de Fortaleza são incorporados ao Sistema Socioeducativo. | O trabalho analisa o fluxo de entrada do adolescente autor de ato infracional no Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará. Foi construído a partir da experiência profissional do pesquisador como socioeducador na Unidade de Recepção Luiz Barros Montenegro (URLBM), localizada na cidade de Fortaleza. São analisados dados colhidos no acompanhamento de oitivas informais realizadas pelo Ministério Público durante o ano de 2018 |
| - Talita de Jesus da Silva Martins - Débora dos Reis Cordeiro | JOVENS E ADULTOS REENCOTRANDO A ESCOLA: reflexões sobre o perfil de estudantes do curso de Administração do Proeja em Santa Inês-MA | : O presente trabalho teve como objetivo analisar o perfil dos estudantes do Proeja do município Santa Inês/ MA. Foi realizada uma pesquisa exploratória com base no questionário socioeconômico e o roteiro de entrevista de seleção aplicados na matrícula |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>dos alunos no programa. A maioria dos investigados disse ter investido no Proeja com a expectativa de inserção profissional no mercado de trabalho e como forma de concluir o ensino médio. Dessa forma, verificou-se que a formação escolar do Proeja tem o desafio de contribuir para a inclusão desses indivíduos no mundo do trabalho e de promover o acesso à educação e aos variados bens culturais.</p> |
|--|--|---|

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ferreira (2019) traz que a juventude é criminalizada principalmente pela vulnerabilidade social na qual está inserida, podendo ser pela omissão por parte do Estado ou pelo fragmento da desigualdade social em virtude ao capitalismo que faz seleção de raça, gênero e classe.

O conceito de vulnerabilidade tem origem na discussão sobre Direitos Humanos. O termo inicialmente associado à defesa dos direitos de cidadania de grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente. Podemos relacioná-lo, portanto, as situações de indivíduos, famílias ou comunidades, que não usufruem de direitos de maneira integral, ou seja, não tem garantidas suas dignidades. É possível pensar a vulnerabilidade como uma condição social que torna os seres humanos inferiores, afastando-lhes do acesso a bens e serviços usufruídos por outros sujeitos. (Ferreira, 2019, p.03).

Assim sendo, percebe-se que se reconhece que a vulnerabilidade social, é um dos principais fatores na minimização dos problemas existentes dentro da sociedade, e não só isso, mas para o enfrentamento da criminalização da juventude e da pobreza. Caminho que pode ser tomado a partir de um conjunto de contingências, partindo do corpo social completo na busca para o acesso de todas as políticas públicas e sociais, como, saúde, lazer, educação e oportunidade de qualidade de vida.

Contudo, os jovens se sentem apartados da sociedade, pelo simples fato de serem jovem e principalmente pelos agravantes de serem negros/pardos, favelados, possuírem educação de baixa qualidade, não possuírem experiências profissionais ou por seu estímulo de rebeldia perante as normativas conservadoras imposta a eles. O fato é que a juventude anseia pelo reconhecimento enquanto ser social ativo dentro das camadas públicas e a exclusão afeta de maneira direta em sua formação como cidadão. Ferreira (2019, p.07) fala que a urbanização acaba sendo a

armadilha perfeita do mercado capitalista aos consumismos e conseqüentemente inferiorização de quem não possui condições.

Entende-se assim, que é de extrema urgência o acesso a políticas públicas, pois é um dos poucos caminhos que permite a garantia de melhoria na vida de grande parte da sociedade. Onde, ainda que sob a lógica de sustentação do capital, as “políticas públicas possibilitam a distribuição de oportunidades aos cidadãos de uma determinada sociedade, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades entre os membros de uma sociedade” (Ferreira, 2019, p.05).

Ou seja, a estereotipização da juventude acarreta problemas em toda uma conjuntura futura da vida dos indivíduos sociais e a partir disso, a tabela acima evidencia através de estudos apresentados por uma série de autores o quanto a vulnerabilidade vivida por parte da sociedade os tornam carentes de políticas reguladoras e minimizadoras da herança histórica de segregação e apartamento das classes subalternas.

Já a JOINPP de 2021, teve como tema base o “Trabalho Alienado, Destruição da Natureza e Crise da Hegemonia: Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie”, que instigou os pesquisadores a se aprofundar na busca por desvendar os mecanismos de alienação produzida pelo capitalismo em prol ao seu bem estar enquanto sistema econômico vigente.

Tabela 04 – Artigos publicados no JOINPP sobre Juventude, Violência e Periferia em 2021

| Autores | Título do Artigo | Resumo |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Ayra Cristina Sousa Dias - Liana Maria Ibiapina do Monte - Elaine Ferreira Nascimento | <p>SONHOS AOS PEDAÇOS: violência no namoro entre jovens</p> | <p>Este artigo tem como objetivo tratar de como se constroem as relações afetivo-sexuais entre jovens e como estas são atravessadas pela violência a partir de manutenção e reprodução de valores, crenças e costumes oriundos do processo de. A referida pesquisa foi realizada por meio de leituras e análises de entrevistas realizadas com adolescentes de jovens matriculados em uma escola técnica da cidade de Teresina-PI. Assim, utilizou-se da</p> |

| | | |
|---|---|---|
| | | <p>pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, por possibilitar, com base em Minayo (2008) uma melhor interpretação e reflexão dos fatos estudados. Ao concluir, os resultados mostraram a violência no namoro se mostra presente nas relações de adolescentes e jovens, apresentando ainda as marcas da colonialidade e patriarcalismo neste país de vermelho sangue chamado Brasil, permeado por uma cultura machista e misógina estabelece a prática da violência como algo natural às relações (Dias <i>et al.</i>, 2021, p.01).</p> |
| - Rayane de Moura Santos | <p>RESISTÊNCIAS JUVENIS NUM VALE DE ESPERANÇAS: O enfrentamento a pandemia de Covid-19 por jovens de assentamento rural em Teresina-PI, frente às fragilidades das políticas públicas</p> | <p>Este artigo é parte de uma investigação realizada com jovens do assentamento rural Vale da Esperança em Teresina-PI entre os anos de 2018 e 2021. O intuito aqui é compreender como jovens Vale enfrentaram os efeitos da pandemia de Covid-19, por meio de pesquisa qualitativa. A realidade do Vale, anterior à pandemia, dava sinais dos inúmeros problemas estruturais relacionados às políticas públicas voltadas às juventudes rurais, e a pandemia de Covid-19 só evidenciou todas essas desigualdades. No entanto, os jovens do Vale também demonstraram o grande protagonismo da juventude rural na resolução de crises. Encararam a pandemia de maneira criativa, desenvolvendo estratégias colaborativas para melhor desenvolvimento da comunidade, evidenciando seu potencial em colaborar com a construção das políticas públicas que respondem às suas demandas (Santos, 2021, p.01)</p> |
| - Elyelthon Silva Álvares - Gisele de Fátima Cardoso Nunes | <p>VIDAS URBANAS E A COVID 19: apontamentos sobre os impactos da pandemia nas</p> | <p>O presente artigo apresenta, brevemente, uma problematização sobre os</p> |

| | | |
|--|---|---|
| <p>- José Ramiro Esteves Ramos</p> | <p>periferias urbanas</p> | <p>impactos da pandemia da COVID 19 nas periferias urbanas do Brasil, afim de trazer apontamentos relativos a problemáticas que são inerentes ao espaço urbano segregado e que foram agudizados no cenário atual. Realizaremos uma abordagem com elementos estatísticos de bases de dados provenientes de institutos e organismos de pesquisa nacionais e internacionais, fontes jornalísticas, sites especializados e, referenciais bibliográficos de autores que discutem o tema com primazia. Nosso objetivo é destacar a importância do debate sobre as periferias urbanas e como a pandemia da COVID 19 afetou diretamente a classe trabalhadora que vive em comunidades, favelas, morros e aglomerados urbanos e ainda quais seriam as estratégias de enfrentamento à crise sanitária que tem ceifado tantas vidas e agravado as relações sociais no meio urbano (Alvares <i>et al.</i>, 2021, p. 01)</p> |
| <p>- Edilma Soares da Silva - Juliana Desiderio Lobo Prudencio</p> | <p>MORADIA E PERIFERIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: quanto vale a vida dos trabalhadores?</p> | <p>A pandemia expôs ao mundo a face mais perversa dos governos e suas políticas neoliberais, a ausência e precarização das políticas públicas trouxe à tona a situação de pobreza e a perda dos direitos dos trabalhadores mais pobres, que diante de um vírus letal se viu abandonado pelo Estado, que historicamente não lhe garante nem ao menos uma moradia adequada, para se isolar do vírus com segurança. Com isso, através da revisão de literatura e análise documental buscou compreender o direito a moradia no contexto da pandemia por Covid19. Obtendo como caminhos de reflexões a compreensão de que dependendo de ações solidárias da sociedade civil e de seus vizinhos periféricos, os trabalhadores seguem na luta</p> |

| | | |
|--------------------------|--|---|
| | | pela sobrevivência diante da frequente violência de um Estado inapto e inerte, que os deixa sem saúde, sem casa, sem assistência (Silva; Prudencio, 2021, p.01). |
| - Rayssa de Sousa Santos | O ENCARCERAMENTO DE JOVENS EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL | O artigo intitulado “O encarceramento de jovens em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil” ² , analisa a conjuntura política, econômica e social da atualidade, marcada por enormes retrocessos e medidas regressivas no campo das políticas públicas, discutindo-se os processos de encarceramento em massa que afetam os jovens e seu agravamento em tempos e neoliberalismo e conservadorismo. Utilizando-se de estudo bibliográfico e documental, os resultados mostram que o encarceramento tem sido uma estratégia utilizada pelo Estado para controle social da pobreza em tempos neoliberais, sobretudo de jovens pobres, negros e moradores das periferias urbanas. O aumento do encarceramento juvenil demonstra não só isso, mas também como essa população tem sido alvo do racismo estrutural e se encontra desatendida frente ao cenário de regressão e mercantilização dos direitos no contexto da reestruturação produtiva do capital, contrarreformas do Estado e fragilização de vínculos trabalhistas (Santos, 2021, p.01). |

Fonte: Elaboração própria (2023)

Neste evento foram publicados cinco artigos, mantendo a média de publicações sobre esta temática.

As pesquisas partem da emergência da retomada da consciência de classes e na discussão sobre os instrumentos para a luta emancipatória da classe trabalhadora anticapitalista e anticonservadora.

Com base nisso, Santos (2021), levanta que os problemas existentes dentro

da sociedade são produto de uma herança histórica, onde se vive as marcas do escravismo tardio e da alforria mascarada dos negros do Brasil, onde a falta de subsidio para os recém-libertos viabilizou a construção do preconceito enraizado, a marginalização e a exclusão de pretos e pardos aos cortiços e vielas. E a sociedade alienada passa a reproduzir julgamentos, responsabilização e segregação da juventude pobre e periférica como meio de negação dos reais fatos para a existência da desigualdade social. A partir disso os jovens,

[...] enfrentam uma verdadeira batalha pela sobrevivência em uma sociedade que privilegia uma classe sobre a outra, explora, segrega e assume formas cada vez mais violentas, opressoras e moralizantes como forma de garantir a ordem social, mas o fato é que esse modelo tem impacto direto da produção e reprodução da condição de vida desses adolescentes, principalmente daqueles que cometeram atos infracionais. (Bonalume; Jacinto, 2019, p. 161. *apud* Santos 2021, p.05).

Em outras palavras, desigualdade social é muito mais que simplesmente falta de dinheiro, é também a inexistência de possibilidades de melhorias de vida, uma vez que a sociedade julga e o estado oprime todos aqueles que não se enquadram ao padrão conservador e consumista.

Ou seja, tem-se a vil conduta de culpabilizar os sujeitos por sua condição social (Gershendon *et al.*, 2017), contexto em que a vulnerabilidade econômica atrelada aos preconceitos de raça/etnia são as características mais marcantes da vida desses jovens. Com isso, ressalta-se que essas características opressivas tão presente na juventude marginalizada são expressas “na violação aos seus direitos humanos” e “refletem a invisibilidade desse grupo social face ao conjunto das políticas públicas”, e é assim que “o fenômeno racismo acaba por potencializar os processos de encarceramento em massa e sujeição criminal da população negra, na medida em que é incorporado ideologicamente nas relações sociais e ocultado por dispositivos jurídicos, sociais e econômicos. (Gershendon *et al.*, 2017, p. 122. *apud* Santos, 2021, p.06).

Entende-se que esta situação acontece como justificativa para a omissão de responsabilidade estatal. O que mais se agravou com a chegada da pandemia pela Covid-19, segundo Silva; Prudêncio (2021), uma vez que a maioria da classe trabalhadora não teve qualquer tipo de auxílio para se proteger contra o vírus, levando em conta que a maior parte dos moradores das periferias não possui o mínimo para sobrevivência digna, convivem com moradias precárias, falta de saneamento, acesso a produtos de higiene de qualidade e a falta de água.

O período foi marcado por um forte extermínio dos pauperizados, uma vez que a classe trabalhadora residente das comunidades periféricas, historicamente sofre com a carência e depende de doações, com a pandemia essas relações de troca ficaram prejudicadas, visto que a orientação era de que todos permanecessem

em casa, em isolamento social, o que os privou de buscar recursos para sua sobrevivência. Ou seja, a desigualdade enraizada na sociedade mais uma vez “reproduz num contexto cada vez mais antagônico à concepção de direitos humanos e se materializa nos mais diversos tipos de violências e violações contra a população” periférica (Raichelis; Arrigui, 2021, p.138 *apud*. Silva; Prudêncio, 2021, p. 06).

A verdade é que mesmo que muitas coisas tenham sido melhoradas ao longo da história, os retrocessos sempre ganham espaço nos dias atuais, é o que podemos observar com as tabelas que expressam as reflexões dos autores que contribuíram com a produção teórica sobre a temática através da JOINPP neste período histórico.

É a partir do que se vê acima que se pode entender o quanto a atuação do Serviço Social enquanto profissão e suas competências são necessárias para a classe trabalhadora e principalmente na vida das famílias e jovens que dependem de caminhos para o acesso às políticas sociais públicas na tentativa de melhoria da sua condição de vida.

Logo, o Serviço Social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho atuando nas contradições entre capital e trabalho, tem como referência o projeto ético-político, que define princípios voltados aos interesses da classe trabalhadora, viabilizando acesso a melhores condições de vida aos jovens e suas famílias. E nesta linha para a proteção da juventude brasileira, o trabalho profissional deve seguir “primando pela conscientização e mantendo as especificidades do sujeito em formação, além de garantir ações de proteção”. Moura; Lima (2017, p. 05).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar o processo histórico no qual a nossa sociedade brasileira se construiu, sob as marcas da exploração do trabalho escravo inicialmente e posteriormente pela competitividade da mão de obra livre entre imigrantes brancos e ex-escravizados, que foram abandonados sem qualquer tipo de auxílio ou oportunidade de inclusão para garantia de seu sustento enquanto trabalhadores livres. Este processo sócio-histórico forjou a sociedade racista e excludente e constituiu os cortiços e vilas das grandes capitais, espaço territorial disponível, ocupado na tentativa de pertencer ao conjunto social. E assim o sistema capitalista, no país, foi se consolidando com base na reprodução de pensamentos conservadores, se fortificando sob um racismo estruturante da vida social, reproduzindo a exclusão de pobres, negros e pardos.

Historicamente a juventude das periferias vive à sombra de uma conjuntura segregadora e limitadora, que os coloca como um “problema social”, uma vez que são vistos como desocupados e potenciais marginais. O Estado ao invés de atuar na oferta de possibilidades para a melhoria das condições de vida, desenvolveu mecanismos de controle social, por meio do trabalho repressivo e de políticas ineficazes e fragmentadas.

E nessa linha, este trabalho demonstra que mesmo após muitos avanços na criação de políticas públicas, voltadas ao público jovem da sociedade brasileira, há muito que ser melhorado, uma vez que na maioria dos casos a juventude não possui voz ativa na construção destas políticas e também não é levado em conta as diferentes conjunturas e necessidades existentes na sociedade.

Dado que muitas vezes as próprias políticas possuem caráter excludente e estigmatizante, onde na maioria das vezes o Estado atua como mediador prioritário dos interesses da classe burguesa e do sistema capitalista que faz uso de mecanismos alienadores, meritocráticos e culpabilizadores para explicar a desigualdade de oportunidades e social.

Contudo, entende-se que a falta de acesso a qualidade de vida, a boa educação, a boas oportunidades de emprego, atividades de lazer, cultura e a bons espaços que contribuam para o desenvolvimento interpessoal destes jovens é o que os fazem migrarem para a criminalidade, como caminho para contribuir com o seu sustento e de ajuda familiar. Cenário que reverbera na marginalização da pobreza e

da juventude de forma generalizada, e equivocadamente se institui uma imagem de “sujeitos perigosos”, escondendo os reais motivos, visto que na verdade a exclusão desta parcela da sociedade significa o enriquecimento da classe burguesa, mantendo o modo de produção capitalista.

É fato que a sociedade foi formada com base na desigualdade social, e estigmatizando a classe subalterna por sua condição de pobreza em virtude da exploração do trabalho pelo capitalismo (Barroco, 2009), resultando em uma burguesia legitimada por ideias e valores baseados na competitividade e na segregação de parte da população. E isto reproduz estereótipos e preconceitos que aparta jovens e adultos que ocupam, não por acaso, os territórios mais humildes ou comunidades periféricas, evidenciando assim, a reprodução da desigualdade como uma importante estratégia de sobrevivência do sistema econômico vigente. É neste sentido que se destaca a importância da produção de conhecimento, desvelando essas determinações sociais, culturais e econômicas, que reproduzem a desigualdade e segregam os jovens que vivem na periferia.

Foi importante identificar a produção teórica da JOINPP, para evidenciar os estudos e as pesquisas, as quais abordam as emergências da conjuntura atual e assim contribuem para as análises críticas da realidade social. Essa produção, com certeza, incide tanto na formação como no trabalho dos profissionais de Serviço Social, fomentando as reflexões e mediações teórico-metodológicas e ético-políticas, na identificação, coletivização e promoção de estratégias coletivadoras de enfrentamento das demandas das expressões da questão social e contribuindo com o acesso às políticas públicas pela população. Uma vez que é através do acesso à informação que a população consegue se mobilizar contra as constantes tentativas de contrarreformas que visam os desmontes das políticas, que visam atacar os direitos de todos os cidadãos.

Ainda que a produção teórica da JOINPP, tenha se demonstrado muito baixa, reforçamos que estes espaços de debates, reflexões e produção de conhecimentos são necessários e importantes, tanto para a profissão, como igualmente para a sociedade, na medida em que se direcionam na defesa dos interesses e demandas da classe trabalhadora.

Contudo, ao adentrar nas produções elaboradas nos eventos da JOINPP, pode-se perceber certa repetitividade nos estudos publicados, são de fato muito ricos em informação, mas na maioria das vezes as pesquisas apresentavam

estudos somente bibliográficos. Desse modo há uma necessidade de elaborações teóricas que viabilizem estudos empíricos, com pesquisas que tenham como ponto de partida a escuta ativa da juventude, a fim de enriquecer ainda mais os dados e informações, para que se pensem mecanismos em favor da criação e acesso a políticas sociais efetivas, integrais e universais, em prol dos jovens periféricos levando em conta as suas diferentes realidades.

Por fim, o que se evidenciou na pesquisa, ora tratada neste trabalho de conclusão de curso, é que muito embora tenha se avançado na instituição de políticas sociais, elas ainda não alcançam a todos, por serem fragmentadas e setorizadas, e especialmente os jovens periféricos, diante dos estigmas e barreiras que enfrentam no seu cotidiano têm muitas dificuldades de acessá-las.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; MOURA, Alexandrina Sobreira de. **POLÍTICA CURRICULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:: em busca da integralização entre escolarização e qualificação profissional.** In: JOINPP, 7., 2015, Maranhão. **Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas**". Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como ordenamento do racismo estrutural. **Universidade Federal Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 212-221, ago. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Divis%C3%A3o%20racial%20do%20trabalho%20ordenamento%20do%20racismo%20estrutural_.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

ÁLVARES, Elyelthon Silva; NUNES, Gisele de Fátima Cardoso; RAMOS, José Ramiro Esteves. Vidas Urbanas E A Covid 19: apontamentos sobre os impactos da pandemia nas periferias urbanas. In: **JOINPP**, 10., 2021, Maranhão. Trabalho Alienado, Destruição Da Natureza E Crise De Hegemonia Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-15.

AMARO, Daniel. **Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo.** 2022. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2022/12/16/brasil-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20do%20Conselho%20Nacional%20de,atr%C3%A1s%20apenas%20dos%20Estados%20Unidos%20e%20da%20China..> Acesso em: 27 set. 2023.

ARAUJO, Thaynah Barros de; FERREIRA, Ericsson Martins; RIIBEIRO, Sara Maria Feitosa; CARMO, Alano Macedo do. **TRABALHO, JUVENTUDES E ONCOLOGIA:: uma análise sobre pacientes jovens no acesso ao mercado de trabalho.** In: **JOINPP**, 8., 2017, Maranhão. Um Século de Reforma e Revolução. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. p. 1-12.

ARAUJO, Yashmin Michelle Ribeiro de. **JOVENS VÍTIMAS OU ALGOZES JOVENS!?: juventude e vulnerabilidade social à violência.** In: **JOINPP**, 7., 2015, Maranhão. Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas". Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-13.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social). (p.157-180. O modo capitalista de se comportar).

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Zahar, 1999.

BOTELHO, Patrick Silva; CUNHA, Thiago Colmenero; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Processos De Criminalização Da Pobreza No Território Escolar. Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 24, n. 0, p. 01-12, 27 set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020200988>. Disponível em: [ile:///C:/ARQUIVOS/Processo%20de%20Criminalização%20da%20pobreza%20e%20territorio%20escolar.pdf](file:///C:/ARQUIVOS/Processo%20de%20Criminalização%20da%20pobreza%20e%20territorio%20escolar.pdf). Acesso em: 01 out. 2023.

BUOZI, Jaqueline Garcez. A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 530-546, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.158>.

DIAS, Ayra Cristina Sousa; MONTE, Liana Maria Ibiapina do; NASCIMENTO, Elaine Ferreira. **Sonhos Aos Pedações:: Violência No Namoro Entre Jovens.** In: **JOINPP**, 10., 2021, Maranhão. Trabalho Alienado, Destruição Da Natureza E Crise De Hegemonia Consciência De Classe E Lutas Sociais Na Superação Da Barbárie. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-13.

FERREIRA, Antonio Marcos Quaresma. **Violência, Vulnerabilidade Social E Políticas Públicas: Um Olhar Sobre A Situação De Jovens No Município De Igarapé-Miri - PA.** In: **JOINPP**, 9., 2019,

Maranhão. Civilização ou Barbárie: o Futuro da humanidade. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-11.

GONÇALVES, Renata. Quando a Questão Racial é o Nó da Questão Social. **R. Katálysis**. [online]. 2018, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. ISSN 1982-0259.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 16ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2004

INFOPEN. **Dados sobre a População Carcerária**. Brasília: Ministério da Justiça, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/brasil>

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas De Juventude: Políticas Públicas Ou Políticas Governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 19, n. 18, p. 193-203, 2005. Disponível em: <file:///C:/ARQUIVOS/Mat.%20Cap.%202002/Artigo%20Pol%C3%ADticas%20de%20Juventude%20ok.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. As Lutas Antirracistas de Afrodescendentes sob Vigilância do DEOPS/SP. **[Dissertação]**, Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) Departamento de História, p. 73-110, 2007.

KRUBNIKI, Thiago. Internação Como Regra: sobre como jovens de fortaleza são incorporados ao sistema socioeducativo. In: **JOINPP**, 9., 2019, Maranhão. Civilização ou Barbárie: o Futuro da humanidade. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-10.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira *et al.* O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 1, n. 12, p. 164-176, out. 2016. Universidade Federal do Pará – UFPA. Gestão da Informação Acadêmica (ÁGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2008.35327>. Disponível em: <file:///C:/Users/Edson%20e%20Jaque/Desktop/Pesquisa%201/1912-6751-1-SM.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

LEITE, Ingrid Lorena da Silva. A Vida Da Gente É Um Nada No Mundo: reflexões sobre as narrativas de jovens em conflito com lei. In: **JOINPP**, 7., 2015, Maranhão. Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas". Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-13.

LIMA, Cezar Bueno. Juventude e políticas públicas: entre proibições, trabalho sub-remunerado e novas práticas de sociabilidade. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 317, 27 mar. 2014. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n1p317>.

LIMA, Isabelle Melo Rocha; SILVA, Maria Adelane Monteiro Monteiro da; NAKA, Amanda Akemi Ribeiro. Política De Atenção Integral A Saúde Dos Adolescentes E Jovens Na Estratégia Saúde Da Família: tecendo reflexões. In: **JOINPP**, 7., 2015, Maranhão. Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-12.

LONGO, Isis S. O estigma dos três ps: pobre, preto, da periferia. A visão de adolescentes da Comunidade Heliópolis.. In: **ANAIS DO PRIMEIRO COLÓQUIO INTERNACIONAL CULTURAS JOVENS AFRO-BRASIL AMÉRICA: ENCONTROS E DESENCONTROS**, 1., 2012, São Paulo. Anais eletrônicos... Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000132012000100017&lng=pt&nrm=abn. Acesso em: 15 Jul. 2022.

MANDARINO, Thiago Marques. Formação Nacional e Política Social em Capitalismo Dependente. In: **8º Encontro Internacional De Política Social; 15º Encontro Nacional de Política Social**, 2020. p. 1-16. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Downloads/Forma%C3%A7%C3%A3o%20nacional%20pol%C3%ADtica%20social%20capitalismo%20deparentente.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

MARANHÃO, Universidade Federal do. **JOINPP**. 2022. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/site/>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARTINS, Talita de Jesus da Silva; MELO, Maria Alice; UTTA, Ádria Karoline Souza de Aquino. O Abandono Escolar No Projovem: reflexões sobre desafios das políticas públicas de inclusão social de jovens. In: **JOINPP**, 8., 2017, Maranhão. Um Século de Reforma e Revolução. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. p. 1-13.

MARTINS, Talita de Jesus da Silva; CORDEIRO, Débora dos Reis. Jovens E Adultos Reencotrando A Escola: reflexões sobre o perfil de estudantes do curso de administração do proeja em santa inês-MA. In: **JOINPP**, 9., 2019, Maranhão. Civilização ou Barbárie: o Futuro da humanidade. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-12.

MARTINS, Talita de Jesus da Silva; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. O Direito À Educação Na Perspectiva Dos Alunos Da Eja: : um estado da questão sobre as produções recentes (2011-2020). In: **JOINPP**, 10., 2021, Maranhão. TRABALHO ALIENADO, DESTRUÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA Consciência De Classe E Lutas Sociais Na Superação Da Barbárie. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-14.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Artur Fernandes de; LIMA, Dayane Martins Sales. A Cidadania A Partir Do Olhar Dos Jovens Reincidentes Da Unidade De Recepção Luís Barros Montenegro Em Fortaleza-Ce. In: **JOINPP**, 8., 2017, Maranhão. Um Século de Reforma e Revolução. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. p. 1-12.

NEGRI, Fabiana L. O exercício profissional do assistente social e a precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no sistema único de assistência social. [**Dissertação**], Mestrado em Serviço Social, Florianópolis: PPGSS/UFSC, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

NETTO, J.P. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In: **Revista Temporalis**. No. 03. Ano 2. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e Graffline, jan-jul, 2001.

NUNES, Maisa Bruna de Almeida; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 64-72, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100007>.

OLIVEIRA, Ana Paula Farias de; SOUSA, Isabelli Christine Leães de; ARAÓJO, Isadora Maria Carvalho de; LIMA, Karla Karine Fernandes; GONÇALVES, Syanne Maria Ribeiro. Políticas Públicas Direcionadas Às Jovens No Mercado De Trabalho: Evidenciando A Posição Das Mulheres Negras. In: **JOINPP**, 9., 2019, Maranhão. Civilização ou Barbárie: o Futuro da humanidade. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-10.

OLIVEIRA, E. N.; FRANÇA, S. S. .; SILVA, E. N. .; RODRIGUES, C. S. .; ZIESEMER, R. P. M. .; FEIJÓ, I. G. S. .; XIMENES NETO, F. R. G. .; VASCONCELOS, M. I. O. .; ARAGÃO, J. M. N. .; COSTA, M. S. A. .; LIMA, G. F. .; FURTADO, J. S. . **Racial discrimination of young blacks in Brazil: an integrative review**. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e214101422013, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.22013. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22013>. Acesso em: 10 jul. 2022..

PESSOA, Manuella Castelo Branco; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; MACÊDO, Orlando Junior Viana; LUCAS, Antonia Picornell. Juventude e formação: a política pública de formação profissional como cenário. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 153-172, 7 jun. 2019. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n1p153>. Disponível em: <file:///C:/ARQUIVOS/Mat.%20Cap.%2002/ok%20JUVENTUDE%20E%20FORMA%C3%87%C3%83O%20A%20POL%C3%8DTICA%20P%C3%9ABLICA%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa e CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Maria Jose Coelho dos; CRUZ, César Albenes de Mendonça; MIOTTO, Dora Susane Fachetti; SILVA, Eliaidina Wagner Oliveira da; SILVA, Marcelo da Fonseca Ferreira da. Aplicação Das Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto Aos Adolescentes E Jovens Autores De Ato Infracional No Municipio De Serra-Es. In: **JOINPP**, 9., 2019, Maranhão. Civilização ou Barbárie: o Futuro da humanidade. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-12.

SANTOS, Rayssa de Sousa. O Encarceramento De Jovens Em Tempos De Neoliberalismo E Conservadorismo No Brasil. In: **JOINPP**, 10., 2021, Maranhão. Trabalho Alienado, Destruição Da Natureza E Crise De Hegemonia Consciência De Classe E Lutas Sociais Na Superação Da Barbárie. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-9.

SANTOS, Rayane de Moura. Resistências Juvenis Num Vale De Esperanças: o enfrentamento a pandemia de covid-19 por jovens de assentamento rural em Teresina-pi, frente às fragilidades das políticas públicas. In: **JOINPP**, 10., 2021, Maranhão. Trabalho Alienado, Destruição Da Natureza E Crise De Hegemonia Consciência De Classe E Lutas Sociais Na Superação Da Barbárie. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-15.

SARTÓRIO, Alexandra Tomazelli; ROSA, Edinete Maria. Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. **Serviço Social**, São Paulo, v. 103, n. 0, p. 554-575, jul. 2010.

SILVA, A. Floriano da; ÁVILA, G. Noronha de. O estigma do jovem morador da periferia: um "rolezinho" criminológico sobre preconceito. **Revista Da Faculdade De Direito Do Sul De Minas**, [S.L.], v. 31, n. 1, 2015. Disponível em: <http://45.79.197.60/index.php/revistafdsma/article/view/47>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SILVA, Ana Cristina Serafim da ; Alberto, Maria de Fátima Pereira . Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão** , v. 39, p. 1-13, 2019.

SILVA, Antônio Marcos Leandro da. Trajetória Social E Criminalização Da Juventude. 2019. 55 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – Pb, 2019. Cap. 2. Disponível em: <file:///C:/ARQUIVOS/Mat.%20Cap.%2002/TRAJET%C3%93RIA%20SOCIAL%20E%20CRIMINALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20JUVENTUDE%20ok.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

SILVA, Eralyne Beatriz Félix de Lima *et al.* Trajetórias de jovens pelas políticas sociais: garantia ou violação de direitos? **Universidade Federal da Paraíba: Psicologia**, João Pessoa, v. 31, n. 31, p. 1-9, jan. 2020

SILVA, Eralyne Beatriz Félix de Lima; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; COSTA, Cibele Soares da Silva. Trajetórias de jovens pelas políticas sociais: garantia ou violação de direitos?. **Psicologia Usp**, [S.L.], v. 31, n. 0, p. 01-09, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e170117>.

SILVA, Jimmy Carter Lindemberg Torres Bezerra e. Centro E Periferia Na Contemporaneidade: o continuísmo do discurso da desigualdade social. In: **JOINPP**, 7., 2015, Maranhão. Para Além da

Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas”. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-11.

SILVA, Maria Lucia Lopes da; LIMA, Jéssika Larissa Sousa. Racismo, trabalho e previdência social no Brasil. **Revista em Pauta**, [S.L.], v. 18, n. 46, p. 85-100, 8 jul. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2020.52011>.

SILVA, Danilo Santos da; VIEIRA, Elisabete Vitorino. RACISMO NA PARAÍBA:: genocídio e extermínio de jovens negros. In: **JOINPP**, 8., 2017, Maranhão. Um Século de Reforma e Revolução. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. p. 1-11.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da; MEDEIROS, Maria Gessi-Leila de; PINTO, Edmara de Castro; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. Juventudes Da Periferia E Ações Educativas: insurgência e emancipação social. In: **JOINPP**, 07., 2015, São Luiz, Maranhão. Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas”. Piauí: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-13. Disponível em: file:///C:/ARQUIVOS/Mat.%20Cap.%2003/juventudes-da-periferia-e-aco-es-educativas-insurgencia-e-emancipacao-social.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: **POLITICAS PÚBLICAS**, 26., 2003, Poços de Caldas, Mg. **Reunião Anual do ANPEd**. Poços de Caldas, Mg: Anped, 2003. v. 2, p. 16-39. Disponível em: file:///C:/ARQUIVOS/Mat.%20Cap.%2002/Artigo%20Juventude%20e%20Pol%20Publica%20no%20Brasil%20ok.pdf. Acesso em: 17 Não é um mês valido! 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS, In: **Capacita Suas: SUAS configurando os Eixos de Mudança**, Brasília: IEE/PUCSP e MDS, Volume 1, 2008.